

JAIRO BRUNO GOMES DE MOURA

**A POLÊMICA SOBRE A MUDANÇA CLIMÁTICA: ENCENAÇÃO MIDIÁTICA
NAS NOTÍCIAS RELATIVAS À SAÍDA DOS EUA DO ACORDO DE PARIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Rony Petterson Gomes do Vale

Coorientador: Edson Soares Fialho

VIÇOSA – MINAS GERAIS

2020

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

M929p
2020
Moura, Jairo Bruno Gomes de, 1995-
A polêmica sobre a mudança climática : encenação
midiática nas notícias relativas à saída dos EUA do Acordo de
Paris / Jairo Bruno Gomes de Moura. – Viçosa, MG, 2020.
92 f. : il. ; 29 cm.

Inclui anexo.

Inclui apêndice.

Orientador: Rony Petterson Gomes do Vale.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 72-74.

1. Análise do discurso. 2. Mídia digital. 3. Discussões e debates. 4. Polêmica. 5. Mudanças climáticas. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras. II. Título.

CDD 22. ed. 401.41


JAIRO BRUNO GOMES DE MOURA

**A POLÊMICA SOBRE A MUDANÇA CLIMÁTICA: ENCENAÇÃO MIDIÁTICA
NAS NOTÍCIAS RELATIVAS À SAÍDA DOS EUA DO ACORDO DE PARIS**

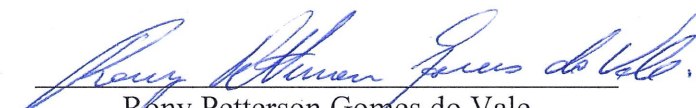
Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 04 de dezembro de 2020.

Assentimento:



Jairo Bruno Gomes de Moura
Autor



Rony Petterson Gomes do Vale
Orientador

AGRADECIMENTOS

Agradeço todos aqueles que contribuíram com essa minha trajetória.

Ao meu orientador Rony por toda jornada da orientação, gratidão. Ao meu coorientador Edson Fialho, presente desde a graduação. Às professoras Mônica Melo e Ana Carolina Reis pela leitura e contribuições para dissertação.

Aos professores Renan Mafra, Maria Carmem, Ana Barcelos e Mônica Melo pelos conhecimentos partilhados no percurso das disciplinas do mestrado.

Aos colegas de curso pela convivência ímpar, em especial para Robinho, Sissa, Samuel, Roberto.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – pelo financiamento à pesquisa.

À Viçosa e à Universidade Federal de Viçosa – UFV, dois lugares no meu mundo.

RESUMO

MOURA, Jairo Bruno Gomes de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2020. **A polêmica sobre a mudança climática: encenação midiática nas notícias relativas à saída dos EUA do Acordo de Paris.** Orientador: Rony Petterson Gomes do Vale. Coorientador: Edson Soares Fialho.

A mudança climática é um dos grandes temas de debate do século XXI (GIDDENS, 2010). Observando nosso contexto histórico de desenvolvimento do mundo globalizado, um dos modos mais importantes de construção do debate sobre esse tema é o meio midiático. Para analisar o tema da mudança climática na mídia, elegemos o acontecimento: a saída dos EUA do Acordo de Paris. Foram selecionadas para o corpus nove notícias disponíveis na mídia digital nacional, especificamente os sites G1, El País Brasil e Veja online, publicadas no período de maio a junho de 2017. Dito isto, analisamos a encenação da argumentação mobilizada pela mídia digital brasileira em notícias relativas à saída dos EUA do Acordo de Paris, explorando a polêmica em torno da mudança climática. As considerações sobre as Mídias e o Modo de Organização Argumentativo, assim como outras contribuições foram baseadas em Charaudeau (2001, 2004, 2005, 2014, 2015). Como fundamentação à análise da argumentação, também recorremos a Amossy (2017a, 2017b) no que tange ao discurso polêmico. Constatamos que a polêmica sobre a mudança climática se apoia principalmente no dissenso advindo do mundo da política. A mídia explora esse dissenso evidenciando uma dicotomia representada em dois polos. No primeiro polo estariam os favoráveis à responsabilização humana pela mudança climática, enquanto no outro polo estariam os que duvidam ou questionam a responsabilidade humana na mudança do clima terrestre. A polarização atende uma disposição em explorar acentuadamente a visada de incitação e com isso gerar maior repercussão das notícias na busca de maiores benefícios econômicos. A desqualificação ao adversário não é tão intensa. Nesse cenário, o tema da mudança climática perde importância. O importante é a encenação produzida em torno de uma disputa política.

Palavras-chave: Polêmica. Mídia. Argumentação. Mudança climática

ABSTRACT

MOURA, Jairo Bruno Gomes de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, December, 2020. **The polemic about the climate change: media staging in the news regarding the US exit from the Paris Agreement.** Adviser: Rony Petterson Gomes do Vale. Co-adviser: Edson Soares Fialho.

Climate change is one of the major themes of debate in the 21st century (GIDDENS, 2010). Observing our historical context of development of the globalized world, one of the most important ways of building the debate on this theme is the media. We have elected the event of the USA's withdrawal from the Paris Agreement to analyze the topic of climate change in the media. Nine news items available on the national digital media have been selected for the corpus, specifically the G1, El País Brasil and Veja online sites, published from May to June 2017. That said, we analyzed the staging of the argument mobilized by the Brazilian digital media in news related to the US exit from the Paris Agreement, exploring the controversy surrounding climate change. The considerations about the Media and the Argumentative Organization Mode, as well as other contributions were based on Charaudeau (2001, 2004, 2005, 2014, 2015). As a basis for the analysis of the argument, we also resort to Amossy (2017a, 2017b) with regard to the polemic discourse. We note that the controversy over climate change is based mainly on dissent from the world of politics. The media explores this dissent by showing a dichotomy represented in two poles. In the first pole would be those in favor of human accountability for climate change, while in the other pole would be those who doubt or question human responsibility in changing terrestrial climate. The polarization meets an inclination to intensively explore the aim of incitement and thereby generate greater repercussion of the news in search of greater economic benefits. The disqualification of the opponent is not so intense. In this scenario, the theme of climate change loses importance. The important thing is the staging produced around a political dispute.

Keywords: Polemic. Media. Argumentation. Climate change

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Lista de notícias do corpus-----	11
Figura 1 – Ato de linguagem e os sujeitos-----	26
Quadro 2 – Caracterização do corpus considerando os gêneros de informação midiática-----	45
Quadro 3 – Dispositivo argumentativo presente nas notícias 6, 7, 8 e 9-----	47
Quadro 4 – Dispositivo argumentativo presente nas notícias 2, 4 e 5-----	50
Quadro 5 – Estrutura actancial da polêmica pelo G1-----	59
Quadro 6 – Estrutura actancial da polêmica pela Veja-----	64
Quadro 7 – Estrutura actancial da polêmica pelo El País Brasil-----	67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 A MUDANÇA CLIMÁTICA EM CENA	13
1.1 A cena acadêmica	13
1.2 A cena política	16
1.3 A cena do ator político: Trump.....	19
1.4 A cena midiática	22
2 A ARGUMENTAÇÃO ENCENADA PELA MÍDIA: O DISCURSO POLÊMICO .	26
2.1 A encenação da linguagem	26
2.2 O discurso midiático	27
2.2.1 O contrato de informação midiático	28
2.2.2 A encenação da informação	30
2.3 Gêneros de informação midiática	32
2.4 O Modo Argumentativo.....	33
2.4.1 A encenação da argumentação.....	35
2.5 Para uma compreensão da polêmica.....	38
2.5.1 Polêmica: definição e estruturação	39
3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE: OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO DE INFORMAÇÃO E A POLÊMICA	43
3.1 Considerações gerais sobre as notícias do corpus	43
3.2 Os modos de organização do discurso de informação e a encenação argumentativa nas notícias do <i>corpus</i>	46
3.2.1 Acontecimento relatado	46
3.2.2 Acontecimento comentado.....	46
3.2.3 Acontecimento relatado e acontecimento relatado	49
3.3 A polêmica em funcionamento	51
3.3.1 A polêmica pelo G1	51
3.3.2 A polêmica pela Veja.....	60
3.3.3 A polêmica pelo El País Brasil	65

CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72
APÊNDICE A – Link de referência das notícias que compõem o <i>corpus</i>	75
ANEXO A – <i>Corpus</i>	76

INTRODUÇÃO

A presença do debate acerca do clima como um assunto de relevância não é exclusiva à contemporaneidade. Segundo Collischonn e Fialho (2007), a associação desse tema com o cotidiano e a formação da vida é histórica, abarcando desde o senso comum à seara da academia. Por outro lado, o que se coloca como diferente é que a questão climática atualmente toma o debate alegando que o nosso futuro dependerá desse elemento. Dessa forma, a discussão sobre o clima é deslocada para o devir e discursos se avolumam no sentido de dar esse ou aquele direcionamento para a discussão sobre a mudança climática.

Esse apelo ambiental começou a se aprofundar a partir da segunda metade do século XX no âmbito das relações internacionais, como exemplificado com a realização da CNUMAD, Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992). Também chamada de cúpula da Terra ou ECO 92, conforme Oliveira (2011), essa conferência contou com a presença massiva de chefes de Estado de diversos países a fim de debater o modelo de desenvolvimento político-econômico adotado e sua relação com o equilíbrio do meio ambiente. Como resultado, assistiu-se a um compromisso firmado pela comunidade política internacional para repensar um modelo de desenvolvimento socioeconômico que considere as especificidades dos países desenvolvidos bem como as dos países em desenvolvimento.

Como uma das repercussões da ECO 92, tivemos a CQNUMC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas), que é um tratado internacional firmado com a finalidade de definir metas para a estabilização do lançamento de gases de efeito estufa, considerados os principais causadores das alterações no sistema climático. Os países membros dessa convenção se reúnem anualmente na COP (Conferência das Partes) para debater o tema e definir medidas de ação. Na 21ª edição da COP, realizada no ano de 2015, tivemos como marco a criação de um acordo universal para definir metas de combate às mudanças climáticas: o Acordo de Paris. Nesse acordo, assinado por mais de 196 países, foram estabelecidas metas para controle do aumento de temperatura e das emissões de gases produtores de efeito estufa. Em meados de 2017, o então presidente americano Donald Trump anunciou a retirada dos EUA do acordo. Esse anúncio e suas repercussões foram amplamente divulgados pela mídia.

Diante esse panorama apresentado, podemos perceber o quanto à climática está em pauta, sendo discutidas suas consequências e possíveis impactos no meio social nos mais diversos cenários. Sobre a capacidade de ação da mídia em específico na encenação do discurso

sobre a mudança climática, Santos (1992) destaca que, como essa temática é abordada desconstruindo o conjunto, determinados aspectos são priorizados em detrimento de outros. E, considerando que o acontecimento midiático por nós analisado converge para a discussão sobre um acordo climático, a argumentação para defender os diferentes pontos de vista em questão se destaca. Sendo assim, tomamos como cerne deste trabalho a análise do discurso midiático, buscando elucidar a encenação argumentativa empreendida pela mídia digital nacional no tocante à polêmica sobre a mudança climática. A priori, quando nos referirmos a polêmica estaremos tomando essa definição: “conjunto de intervenções antagônicas sobre uma dada questão num dado momento” (AMOSSY. 2017a, p. 72). Em momento posterior, detalharemos a definição do termo bem como apresentaremos sua forma de estruturação.

Interessados, portanto, em como a polêmica é encenada nesse contexto, analisaremos a polêmica encenada pela mídia em notícias sobre a saída dos EUA do Acordo de Paris. A escolha das notícias ligadas em específico ao acontecimento midiático¹ “A saída dos EUA do Acordo de Paris”, parte do entendimento da importância do mesmo para a discussão da mudança climática à medida que impulsiona o debate acerca do tema. Com essa ação, vislumbramos compreender as escolhas da instância midiática quanto aos atores privilegiados para abordar o tema, as formas de retratar o acontecimento e os valores sociais aos quais se recorre para validar seus argumentos. Dito de outra forma, interessa-nos elucidar a construção argumentativa desse acontecimento particular.

O percurso de construção da pesquisa terá como base os pressupostos da Teoria Semiociológica. Nessa perspectiva, procederá à definição de um *corpus* que compreenda uma composição de textos numa mesma situação comunicacional. Pois, como propõe Charaudeau (2005, p. 17): “é necessário reunir produções que, por hipótese, pertençam ao mesmo tipo de situação; a isso denominamos de corpus de textos”.

¹ Para Charaudeau (2015), o acontecimento é construído pela linguagem, é uma releitura dos acontecidos no mundo. O acontecimento midiático é duplamente construído: a partir da sua transmissão pela instância midiática e interpretação por parte de quem o recebe e significa.

Dessa forma, o *corpus* da pesquisa compreende notícias disponíveis na mídia digital nacional, especificamente os *sites* G1², *El País Brasil*³ e *Veja online*⁴, publicadas no período de anúncio da saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris. A escolha desse Período como recorte temporal deve-se ao fato de ter sido um momento crítico para efetivação e continuação do acordo, além de coincidir com o período de maior recorrência do tema nas mídias. Para a escolha das notícias, foram privilegiadas aquelas próximas à data de primeiro de junho do ano de 2017, ou seja, a data do anúncio oficial⁵ do governo americano da retirada de sua assinatura do acordo.

A seleção das notícias foi realizada na internet pelo próprio sistema de buscas do *Google*. As palavras-chave utilizadas para elencar as notícias foram: Acordo de Paris, acordo climático e mudança climática. Buscamos definir o *corpus* de nossa pesquisa a partir de diferentes *sites* para que fosse possível contrastar as diferentes encenações mobilizadas para tratar um mesmo acontecimento. Destaca-se que o critério fundamental para escolha das notícias foi a recorrência das mesmas a partir das buscas na plataforma digital do *Google*, considerando o recorte de tempo previamente estipulado.

Nesse sentido, definimos como *corpus* um total de nove notícias, todas provenientes da mídia nacional no contexto digital. Segue abaixo um quadro com o título das notícias e respectivo *site* que a divulgou.

Quadro 1 – Lista de notícias do *corpus*

Numeração	Mídia	Título	Data
1	G1	Trump está decidido a retirar EUA do Acordo de Paris, diz imprensa americana,	31/05/2017
2	G1	Trump anuncia saída dos EUA do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas.	01/06/2017
3	G1	Veja repercussão da saída dos EUA do Acordo de Paris	01/06/2017

² O G1 é um portal de notícias brasileiro mantido pelo grupo Globo de jornalismo. Foi criado no ano de 2006 com a intenção de disponibilizar digitalmente o conteúdo das diversas empresas de jornalismo vinculadas ao grupo Globo. Disponível em: <https://robertomarinho.globo.com/hgg/>. Acesso em: 16 jan. 2020.

³ O El País é um jornal diário espanhol fundado em 1976 pertencente ao grupo Prisa. O portal brasileiro do jornal escrito em português, foi lançado em 2013. O site tem conteúdos produzidos no Brasil, além da tradução dos diversos textos produzidos internacionalmente pelo EL País. Segundo a própria publicação, o site em português foi criado devido a um crescente número de acessos de brasileiros ao conteúdo em espanhol do jornal. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2013/11/portal-brasileiro-do-el-pais-entra-no-ar-na-proxima-semana.html>. Acesso em: 16 jan. 2020.

⁴ A *Veja online* é um portal de notícias mantido pelo grupo Abril de comunicação. Além de disponibilizar o conteúdo da Revista VEJA, no site são veiculadas notícias, produções de blogs e demais publicações vinculadas ao grupo Abril. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/>. Acesso em: 16 jan. 2020.

⁵ O anúncio de saída foi feito pelo próprio Donald Trump à mídia no dia 01 de junho de 2017. Destaca-se que no dia anterior, ou seja, 31 de maio de 2017, já havia a confirmação da decisão do presidente de retirar a assinatura dos EUA do Acordo de Paris.

4	Veja online	EUA: Trump deixará o Acordo de Paris sobre o clima	01/06/2017
5	Veja online	O que acontecerá após a saída dos EUA do Acordo de Paris?	01/06/2017
6	Veja online	Saída do Acordo torna EUA um país isolado na questão climática.	01/06/2017
7	El País Brasil	Trump deve retirar EUA do acordo sobre mudanças climáticas	31/05/2017
8	El País Brasil	O que acontece com o Acordo de Paris após o abandono dos EUA	03/06/2017
9	El País Brasil	Saída dos EUA do acordo climático é um golpe em um pacto que já era insuficiente	01/06/2017

Fonte: Dados da pesquisa

Para proceder às análises, baseamo-nos sobretudo no aparato teórico-metodológico fornecido pela Teoria Semiolinguística. Priorizamos as considerações sobre as Mídias e o Modo de Organização Argumentativo, além de diversas outras contribuições, dentre as quais: Charaudeau (2001, 2004, 2005, 2014, 2015). Como contribuição para a análise da argumentação, recorreremos a Amossy (2017a, 2017b) no que tange ao discurso polêmico. Também foram tomados para somar pontos de vista à análise, estudos da área da Geografia e das Relações Internacionais.

Esta dissertação será organizada em três partes. Inicialmente apresentaremos um panorama das mudanças climáticas, detalhando sua caracterização nas dimensões acadêmica, política e midiática. Na sequência, apresentaremos o arcabouço teórico-metodológico sobre mídia, argumentação e polêmica. Por fim, apresentaremos a interpretação dos dados e os momentos de descrição.

1 A MUDANÇA CLIMÁTICA EM CENA

1.1 A cena acadêmica

Consideramos que para falar de mudança climática precisamos expor minimamente o entendimento sobre o conceito de clima. Tomamos aqui a definição de clima como: “o ambiente atmosférico constituído pela série de estados da atmosfera sobre um lugar em sua sucessão habitual” (SORRE, 1951, p. 14). A partir desse conceito, entende-se o clima como não somente uma média do tempo. Há a possibilidade de compreendê-lo como uma sucessão de ritmos.

Nesse sentido, existe uma clara distinção entre tempo e clima. Para Ayoade (2003), tempo é definido como o estado médio da atmosfera em um dado momento e numa localidade específica. Por outro lado, o clima é mais que o estado médio da atmosfera, pois sua definição envolve o estudo de fatores externos à atmosfera e à variabilidade ao longo do tempo.

A exposição que fazemos, mesmo que breve, dessa conceituação a respeito do clima busca nos afastar de uma interpretação próxima ao senso comum. No cotidiano, frases como: “O clima está frio hoje” ou “O clima mudou muita essa semana” são costumeiras, porém qualificamos que essas assertivas não dialogam com uma visão científica com base na climatologia. Por exemplo, a primeira frase toma o clima como uma condição momentânea da atmosfera, característica própria do conceito de tempo, assim a frase adequada, nessa perspectiva, seria: “O tempo está frio hoje”. Na segunda frase ocorre a mesma observação. Levando em conta que o clima de uma localidade é definido por uma análise das condições atmosféricas durante um longo período⁶, o clima não poderia mudar durante uma semana. Novamente seria o tempo que estaria mudando.

Advertimos, com base no exposto, que não é nossa intenção afirmar acerca da ocorrência de somente mudança no tempo enquanto o clima permanece estável, mas que, para constatar uma mudança no clima, teríamos de analisar as condições da atmosfera durante um longo período, pois a afirmação de que o “clima muda” é incontestável, na medida em que se entende a evolução climática do planeta numa escala de tempo geológica:

A alteração do perfil climático do globo, que se manifesta sob forma de tendências, rupturas e ciclicidades, faz parte da história do planeta e está documentada em relevos residuais, depósitos sedimentares, páleo-solos, formações vegetais relictuais, etc. além de registros meteorológicos,

⁶ A Organização Meteorológica Mundial (OMM) define o período mínimo de análise de dados de 30 anos.

disponíveis, ainda que em caráter pontual, desde o século XVII. (CONTI, 2005. p. 72)

Há, por exemplo, uma área de estudo específica da climatologia para tratar dos climas passados: a Paleoclimatologia.

Nesse sentido, entendemos que o clima muda, mas a discussão sobre a mudança climática deve se afastar dessas interpretações imediatistas ligadas às condições de tempo. A problemática na qual o nosso *corpus* se insere é na discussão que se estabelece comumente versando sobre dois pontos: se a mudança climática está relacionada a fatores antropogênicos ou se trata de uma transformação natural típica dos sistemas terrestres⁷.

O diagnóstico atual associando as mudanças climáticas a causas antropogênicas toma como ponto de partida o aumento das emissões na atmosfera de gases de efeito estufa, sobretudo o CO₂, a partir da Primeira Revolução Industrial, como o desencadeador do aquecimento da temperatura global. Mas as causas ligadas às ações humanas não são as únicas:

A elevação da temperatura global vem, efetivamente, ocorrendo, mas é indispensável avaliar as causas com base numa investigação abrangente, que leve em conta, não só a ação antrópica, representada pela liberação intensa de gases de efeito estufa, derrubada das florestas tropicais, superexploração da natureza desconsiderando os princípios da sustentabilidade, e outras práticas predatórias mas, também, os processos naturais de macro-escala, incluindo os da esfera geológica e astronômica. A mudança climática envolve um dinamismo mais complexo do que a simples elevação da média térmica, mesmo porque o clima não se define só pela temperatura. Contudo, a reação em cadeia que se estabelece a partir do aquecimento deve ser avaliada em profundidade. (CONTI, 2005, p.73)

Com esse horizonte, entendemos que se faz necessário um dimensionamento da influência humana nas mudanças climáticas, pois, como afirma Souza e Corazza (2017, p.3-4), o entendimento das mudanças climáticas exige “conhecimento científico de fenômenos que estão nas fronteiras entre os sistemas antrópicos e naturais, sujeitos a incertezas nem sempre redutíveis a riscos probabilísticos”. Compreendemos que a discussão relativa às mudanças climáticas é complexa e suscita questões como: a comunidade científica seria capaz de produzir um consenso sobre essa temática mesmo diante sua complexidade e possibilidade de incertezas? Ou melhor, há um consenso entre os cientistas sobre a mudança climática?

⁷ Quando dizemos que a mudança climática está ligada a fatores antropogênicos estamos fazendo relação da mudança do clima com, por exemplo, o lançamento de gases de efeito estufa na atmosfera. Já quando ligada a fatores naturais, relacionamos a mudança climática com alterações na quantidade de radiação solar que chega ao sistema terrestre, entre outros.

Segundo Cook et al (2013), cerca de 97% dos cientistas concordam com a afirmação de que as mudanças climáticas são causadas por fatores humanos. Esse resultado advém da análise de mais de 12000 publicações acadêmicas do período de 1991 a 2011 que compreendiam as palavras “aquecimento global” ou “mudança climática global”. Com essa afirmação, aqueles que não acreditam na causa antropogênica da mudança climática estariam posicionados num grupo muito limitado da comunidade científica, que compreenderia entre 1% a 3 % do total de pesquisadores da área. E, respondendo objetivamente à provocação anterior, sim, poderíamos concluir que há um consenso sobre as mudanças climáticas.

A partir disso, chegamos a um ponto crítico da nossa pesquisa. O título deste trabalho é: A polêmica sobre a mudança climática. De que maneira poderíamos sustentar uma polêmica se constatamos um consenso sobre a temática? *A priori*, não poderíamos falar sobre uma polêmica sobre o tema da mudança climática, pelo menos no nível da comunidade científica especializada. Contudo, Leiserowitz et al (2012) apontam a persistência de uma percepção pública de que há uma disputa na comunidade científica sobre o tema. Em suas palavras:

A compreensão do consenso científico sobre a existência do aquecimento global hoje parece estar em ascensão. Pela primeira vez desde 2008, é mais provável que os americanos acreditem que a maioria dos cientistas concorda que o aquecimento global está acontecendo do que acredite que há um desacordo generalizado sobre o assunto (44% versus 36%, respectivamente). Este é um aumento de 9 pontos percentuais desde março de 2012⁸. (LEISEROWITZ et al, 2012, p. 7 – tradução nossa)

Conforme os dados, mesmo com o aumento de número de cidadãos americanos que acreditam que os cientistas concordam que o aquecimento global está acontecendo, notamos que mais de um terço da população americana coloca em questão o consenso científico sobre o tema.

Nessa situação, mesmo que a disputa não exista na comunidade científica, há uma percepção pública de que aconteça uma polêmica sobre a mudança climática. Tal percepção dá um embasamento discursivo e teórico para que os defensores da não existência da mudança climática, os ditos “negacionistas do clima” desenvolvam uma argumentação que parte de um entendimento de que não haveria mudanças climáticas. Essa “ponta solta” sobre o consenso é que torna passível a análise do *corpus* desta pesquisa sobre o olhar da polêmica. Além de ter

⁸ No original: Understanding of scientific agreement about the existence of global warming today appears to be on the rise. For the first time since 2008, Americans are more likely to believe most scientists agree that global warming is happening than believe there is widespread disagreement on the subject (44% versus 36%, respectively). This is an increase of 9 percentage points since March 2012.

uma discussão conflituosa na mídia sobre o tema, a mídia se baseia numa possível contenda que acontece entre os cientistas da área.

Esse movimento de destaque da percepção pública em relação à mudança climática corrobora a ideia de que não bastariam somente estudos das ciências exatas e ciências naturais como pesquisas realizadas por físicos, meteorologistas, climatologistas e geógrafos. Faz-se necessário, para a compreensão das significâncias em torno do tema mudanças climáticas, uma incursão sobre campos do conhecimento que se relacionem mais diretamente à dimensão antrópica. Nosso trabalho investiga a mudança climática partindo de estudos das ciências humanas em relação à temática e, mais especificamente, àqueles vinculados à área da Linguagem. Com isso, as leituras e afirmações sobre o tema investigado agora se darão por um novo prisma: o discursivo.

1.2 A cena política

Como dissemos anteriormente, a problemática das mudanças climáticas sob a ótica científica se apresenta na forma de um consenso. Mas, num segundo momento, conseguimos identificar que há uma percepção pública de que existe uma discordância sobre a mudança climática na comunidade acadêmica e que essa percepção pode fomentar uma polêmica sobre o tema até então pacificado.

E como essa discussão sobre as mudanças climáticas se dá na área da política? Apresentamos na introdução uma série de acordos climáticos que compõe um breve histórico sobre os acordos internacionais sobre a temática. Podemos traçar um caminho desde os primeiros encontros da ONU com a ECO 92 na década de 1990, passando pelo Protocolo de Kioto⁹ e chegando ao Acordo de Paris em 2015.

O Acordo de Paris foi o resultado da 21^a Conferência das Partes da CQNUMC, realizada em dezembro de 2015 na capital francesa. O documento, aprovado pelos 195 países membros da CQNUNC, visa uma resposta global ao desafio das mudanças climáticas. O compromisso assinado determina a redução da temperatura média global no sentido de demarcar o aumento da temperatura a menos de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

Para que começasse a ter valor jurídico, o documento precisava ser ratificado por, pelo menos, 55 países responsáveis por 55% das emissões de GEE (gases de efeito estufa). O período

⁹ Tratado internacional assinado em 1997, na cidade japonesa de Kioto, no qual diversos países firmaram o compromisso de reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

oficial de assinaturas¹⁰ foi aberto pelo Secretário Geral da ONU no dia 22 de abril de 2016 e se encerrou no dia 21 de abril de 2017.

Com a finalidade de cumprir as metas do acordo, cada país signatário deveria promover medidas que reduzissem as emissões de gases de efeito estufa na atmosfera. Além disso, o acordo previa formas de financiamento às medidas de combate aos efeitos das mudanças climáticas e práticas de adaptação aos mesmos, destacando as participações específicas dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento. Nesse ponto da divisão das responsabilidades entre os países, encontra-se um dos pontos centrais e mais conflitante do acordo. Teríamos, assim, um grupo de países desenvolvidos que historicamente seriam os maiores responsáveis pela emissão de GEE, incluindo os EUA e União Europeia, e outro grupo, de países em desenvolvimento, composto por China, Índia e Brasil. Sobre a posição do último grupo:

E estava cada vez mais presente que países em desenvolvimento, notadamente a China, a Índia, o Brasil e a África do Sul, teriam que assumir suas responsabilidades com metas de redução de emissões, e não somente os do Anexo I da Convenção (entre os quais estão países desenvolvidos, membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e países da Europa Oriental em transição para economia de mercado). (REI; GONCALVES; SOUZA, 2017, p. 85)

A partir dessa consideração, podemos fazer algumas colocações importantes. Primeiramente, entendemos a centralidade dos EUA na discussão da questão climática. Além da sua posição de potência mundial, o que já conferiria um alto grau de interferência do país em qualquer tema de debate, o país se destaca nos níveis de emissão de gases de efeito estufa. Constituindo o grupo dos países desenvolvidos, aqueles que deveriam tomar mais medidas de combate e adaptação às mudanças climáticas, a posição dos EUA a respeito de qualquer acordo sobre o clima é fundamental para sua efetivação. Em segundo lugar, o Brasil ocupa uma posição destacada nas discussões climáticas. Como parte do grupo de países em desenvolvimento, a cobrança quanto às responsabilidades a serem assumidas pelo governo brasileiro no acordo

¹⁰ Conforme consta no sítio online do MMA: “Após a aprovação pelo Congresso Nacional, o Brasil concluiu, em 12 de setembro de 2016, o processo de ratificação do Acordo de Paris. No dia 21 de setembro, o instrumento foi entregue às Nações Unidas. Com isso, as metas brasileiras deixaram de ser pretendidas e tornaram-se compromissos oficiais”. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris>. Acesso em: 06 ago. 2019. Os EUA sob presidência de Barack Obama ratificaram o acordo no dia 3 de setembro de 2016 vide notícia divulgada pelo portal da Casa Branca: < <https://obamawhitehouse.archives.gov/blog/2016/09/03/president-obama-united-states-formally-enters-paris-agreement>>. Acesso em: 06 ago. 2019.

ganham proeminência. Além disso, o país já recebeu diversos encontros internacionais sobre o clima com destaque para RIO 92 e RIO +20¹¹.

Fica evidenciado como a posição dos EUA pode afetar a posição do Brasil, visto que os dois países ocupam espaços antagônicos na divisão dos grupos de interesse de mudanças climáticas. Por isso, ao analisar as notícias de saída dos EUA do Acordo de Paris, não estamos analisando um tema alheio ao Brasil. Mesmo que o Brasil não tenha sido proeminente no acontecimento que analisamos (Saída dos EUA do Acordo de Paris), sem dúvidas o tema impacta nossa realidade. Preliminarmente, devido à universalidade da mudança climática, mesmo que não atinja igualmente, todos os países serão atingidos. E, de modo particular, a discussão sobre as mudanças climáticas aponta para a construção do desenvolvimento econômico, político e social de cada país.

Explorando mais detalhadamente a discussão sobre desenvolvimento, Erber (2011) associa a concepção clássica de desenvolvimento à ideia de uma mudança estrutural no social e não a mais do mesmo no aspecto econômico traduzido numa incorporação numérica. Pensar em desenvolvimento implica pensar transformações na economia, no social, no político, no cultural; logo, na perspectiva do autor, o viés econômico não pode ser o único em foco.

No que tange a nossa temática em específico, notamos que, a partir das primeiras rodadas de discussão sobre a mudança climática, a questão do desenvolvimento estava colocada como ponto de inflexão. Temos como exemplo o Relatório Brundtland¹², divulgado no ano de 1987, que aponta para uma interligação entre a economia política, a sociedade e a tecnologia, além de uma nova postura ética relacionada a um comprometimento das gerações atuais com as futuras gerações (BRUSEKE, 1994). Neste relatório, é conceituado o termo *desenvolvimento sustentável* como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 46). Hoje, com sua popularização, a expressão desenvolvimento sustentável pode ser notada desde a estampa de uma sacola de feira, passando por uma peça publicitária de uma grande mineradora até chegar nos acordos diplomáticos contemporâneos.

Assim, as discussões concernentes ao Acordo de Paris não se limitam a um embate político sobre o meio ambiente apenas na seara diplomática, na medida em que os acordos sobre

¹¹ Ambas as Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (principal conferência internacional sobre o tema) aconteceram na cidade do Rio de Janeiro, Brasil.

¹² Relatório elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio ambiente e Desenvolvimento no qual fica definido o conceito de desenvolvimento sustentável. Leva esse nome em alusão à primeira ministra da Noruega, Gro. Harlem Brundtland que presidiu a comissão.

o clima discutem e definem metas para os países alcançarem em relação à quantidade de energia gasta ou ao tipo de matriz energética adotada e à preservação das coberturas vegetacionais: eles podem impactar diretamente o modo de funcionamento do sistema econômico.

Ponderamos que a inclusão do elemento climático como um ponto a ser considerado para estabelecimento e/ou continuação das atividades econômicas faz com que a discussão sobre a mudança climática impacte diretamente a noção de desenvolvimento tomada como convenção. Por isso, ao analisar discursivamente o tema, temos a possibilidade de compreender tanto a própria noção de desenvolvimento pretérita e já estabelecida como também quais noções de desenvolvimento são anunciadas a partir da consideração da mudança climática, ou seja, do futuro do clima.

Vimos até aqui a elevada importância do Acordo de Paris e sua abrangência. Já que estamos falando de uma série de acordos, poderíamos dizer que há um consenso na área política sobre a questão das mudanças climáticas. Um consenso de que essas mudanças climáticas existem, que podem impactar a sociedade, o nosso meio ambiente e a nossa própria existência enquanto possibilidade de futuro. Nesse contexto, medidas práticas de cunho político e de participação dos Estados, de empresas e dos cidadãos devem ser tomadas tanto pelos países membros desses acordos como por toda a Comunidade Internacional para conter os impactos das mudanças climáticas. Novamente podemos fazer a pergunta: onde encontra-se a polêmica no meio de tanto consenso?

1.3 A cena do ator político: Trump

Podemos dizer que a polêmica sobre a mudança climática na seara política é representada na figura de um ator político central: o presidente americano Donald Trump. Ao negar a existência das mudanças climáticas e colocar em dúvida o impacto dos fatores humanos na questão ambiental, o presidente americano inicia uma divisão entre os grupos de países que antes faziam parte e corroboravam o Acordo de Paris. O próprio Estados Unidos, que no turno anterior, com Barack Obama na condição de presidente, tomava como posição de governo a defesa do acordo e a existência das mudanças climáticas, passa a rejeitar o tema sob a direção de Trump. Em vista disso, a mudança de governo nos Estados Unidos, passando do governo Obama para o governo Trump no ano de 2017, marca uma significativa ruptura na discussão e no posicionamento do país sobre a questão climática.

Nessa perspectiva, o presidente Trump torna-se o ator principal de uma controvérsia quando seu governo nega a existência da mudança do climática. O ponto de partida para a controvérsia é o posicionamento contrário às mudanças climáticas que tem início desde sua campanha à presidência em 2016. Posteriormente, ela é reforçada por várias falas do presidente deslegitimando e alegando que o Acordo de Paris é prejudicial aos Estados Unidos. E, por fim, tem como ponto fulcral a concretização em menos de um ano de seu governo do anúncio oficial da retirada dos EUA do Acordo de Paris.

Para validar tais afirmações, vejamos os títulos de algumas notícias que compõem o nosso *corpus*:

Trump deve retirar EUA do acordo sobre mudanças climáticas (notícia 1)

Trump está decidido a retirar EUA do Acordo de Paris, diz imprensa americana. (notícia 2)

EUA: Trump deixará o Acordo de Paris sobre o clima. (notícia 3)

É possível perceber que, em todas as notícias acima destacadas, a figura de Trump tem centralidade. Além disso, é Trump o agente na frase: ele é o responsável pela saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris. Entendemos a centralidade e o destaque do presidente americano como uma forma de atração para as notícias. Trump já é destacado desde o início de seu governo pelo envolvimento em vários debates/discussões que dão muita repercussão na mídia. Dessa forma, o político busca associar a questão da mudança climática, especificamente a saída do acordo, diretamente ao seu nome como uma forma de receber mais destaque da mídia (ele recebe e busca atenção midiática) para suas medidas políticas

Segundo Levitsky e Ziblatt (2018), Trump, desde as primárias eleitorais na campanha para presidência dos EUA em 2016, aproveitou da divulgação midiática para seu benefício:

Candidato com qualidades singularmente talhadas para a era digital, Trump atraía coberturas gratuitas da mídia convencional criando controvérsias. Segundo uma estimativa, as contas de Twitter de MSNBC, CNN, CBS e NBC – quatro meios que ninguém pode acusar de inclinações pró-Trump – mencionaram Trump duas vezes mais que sua rival nas eleições gerais, Hillary Clinton. Segundo outro estudo, Trump desfrutou de 2 bilhões de dólares de cobertura gratuita da mídia durante as primárias. (LEVITSKY; ZIBLATT 2018, p. 72)

Com isso, percebemos como Trump se consolida como um exímio jogador para angariar cobertura midiática de forma gratuita. Sobre a temática da mudança climática não é diferente: o presidente sabe que o tema gera uma grande repercussão e não o deixa de fora de seus discursos.

Além disso, a mídia constrói um evento discursivizado, ou seja, a mídia enuncia sobre o que Trump enunciou. A consequência política da decisão não se limita ao fato do ato concreto da retirada dos EUA pelo governo Trump, mas, a partir desse momento, o presidente representa um polo da disputa na discussão do clima. Um polo solitário na medida em que os EUA ficam de fora da lista de 195 países que assinaram o Acordo de Paris. Nessa perspectiva, o tema da mudança climática no governo Trump se transforma em mais um dos focos de ataque da mídia ao seu governo.

Poderíamos fazer agora a seguinte reflexão: e se diversamente de um governo Trump tivéssemos tido uma vitória eleitoral dos Democratas (um possível governo Hillary Clinton), a questão da mudança climática seria polêmica ou a polêmica só foi promovida por Trump que alimentou a controvérsia quando decidiu negar as mudanças climáticas e retirar os EUA do acordo?

O posicionamento do governo Obama legitimando o acordo nos faz pensar que uma continuação dos Democratas no governo engendraria uma postura dos EUA favorável ao acordo e não haveria a polêmica sobre a retirada. Por conseguinte, devido a uma mudança de governo nos EUA, nossa investigação relativa à polêmica sobre a mudança climática não faria sentido, já que não haveria polêmica. Contudo, defendemos que esse caminho de raciocínio não é adequado. Mesmo que possa parecer de início um tema promovido por uma figura pessoal, a polêmica não se resume ou é determinada pelo governo Trump. Num relato sobre os desafios do governo Obama, Levitsky e Ziblatt (2018) apontam:

Os esforços de Obama para contornar o Congresso desencadearam uma nova escalada das hostilidades. Em março de 2015, a liderança republicana do Senado encorajou publicamente os estados da república a desafiar a autoridade do presidente. Num artigo de opinião no *Lexington Herald Leader*, Mitch McConnell instou os estados a ignorarem a portaria de Obama limitando as emissões dos gases de efeito estufa. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 183)

À vista disso, notamos um ataque político e midiático sobre a postura de Obama de conter os efeitos da mudança climática quando limita as emissões de gases de efeito estufa. Não é o ato simplesmente de apoiar (Obama) ou negar (Trump) o Acordo de Paris que engendra a

polêmica sobre a mudança climática. Se a polêmica não é fruto da academia, da Política ou mesmo de atores políticos, quem a produz e/ou a fomenta? Seria a mídia o agente responsável?

1.4 A cena midiática

O Acordo de Paris, produzido no âmbito internacional, compreende uma série de compromissos que os países signatários devem cumprir para atingir a meta de arrefecimento das mudanças climáticas. Além disso, sagra-se como o maior passo conjunto dado pelas nações mundiais na perspectiva de medidas efetivas para o tratamento do tema. Os encontros para proceder aos debates sobre o tema contam com a presença de chefes de Governo, ministros de Estado, diplomatas e estudiosos da mudança climática. Em paralelo a conferência de discussão do acordo, acontecem também diversas reuniões tanto de grupos empresariais como de ativistas ambientais¹³. Assim, devido à importância desses personagens envolvidos e do teor da discussão, os discursos produzidos sobre esse acordo reverberam nas diversas escalas das relações sociais, modificando as posturas e ações perante o tema. Porém, como essas discussões chegam até as pessoas comuns e conformam a opinião pública? Principalmente pela mídia. Daí a importância do estudo em relação ao discurso midiático sobre a mudança climática.

Vejamos que, quando um partido político defende o uso de uma matriz energética sustentável para conter a mudança do clima, quando uma empresa promove campanhas de cuidado com o meio ambiente ou quando ONGs fazem lobby para leis mais restritivas à exploração de recursos naturais, esses grupos o fazem baseados em um discurso próprio sobre a mudança climática. Logo, é patente o poder dos discursos sobre o clima:

O poder de persuasão desse conhecimento climático socialmente construído é maior do que se imagina, pois ele influencia a opinião pública, a estruturação da política do clima e até o pensamento dos pesquisadores científicos do clima. Ele é o clima na cabeça das pessoas. (COLLISCHONN; FIALHO, 2007, p. 7)

Com base na compreensão do poder e da abrangência do impacto de tais discursos nos debates quanto a um futuro comum, urge a demanda por pesquisas que nos munam de informações tanto sobre a mudança do clima, bem como dos usos dos discursos sobre essas mudanças para efetivação de acordos como o Acordo de Paris.

¹³ Essa cena da realização do acordo e seus personagens é típica das Conferências sobre o Clima, Oliveira (2011) narra uma cena parecida quando trata da ECO 92.

Entendemos que as notícias sobre a temática das mudanças climáticas não são alheias aos acontecimentos do mundo: elas guardam relações com os movimentos políticos, com os interesses econômicos e de grupos sociais. Segundo Anderson (2009), podem-se constatar *ciclos de atenção ao assunto (issue attention cycle)*, períodos nos quais há variações de atenção da mídia em relação ao tema. Tendo essas considerações em vista, justifica-se o motivo da escolha das notícias do nosso *corpus* centrado na saída do Acordo de Paris. Entendemos que o anúncio do presidente americano Donald Trump da retirada de sua assinatura ao Acordo de Paris representaria um novo ciclo de atenção da mídia ao assunto. Nessa perspectiva, ao analisarmos esse acontecimento específico, estamos investigando um recorte significativo (qualitativamente) do todo midiático que engloba a questão da mudança climática em dado contexto.

Evidenciada a importância da mídia sobre nossa temática, apresentaremos algumas pesquisas que abordam o tratamento midiático de veículos específicos na construção de notícias relacionadas às mudanças climáticas.

De acordo com Rodas e Di Giulio (2017), de modo geral, o tema das mudanças climáticas ganha destaque na mídia a partir de 1997, devido principalmente à assinatura do Protocolo de Kioto. Além disso, a divulgação dos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), eventos internacionais e ação de celebridades contribuíram fortemente para a cobertura midiática sobre o tema.

Numa perspectiva mais recente, Fiovaranti (2008) salienta que dois episódios marcaram a expansão do debate sobre as mudanças climáticas na mídia. O primeiro foi o lançamento no Brasil, em 2006, do filme “An Inconvenient Truth” (Uma verdade inconveniente) protagonizado pelo ex-vice-presidente americano Al Gore. Na produção, são apresentadas as desastrosas consequências do aquecimento global e seus impactos na vida do cidadão comum. O segundo, também no ano de 2006, foi o lançamento do Relatório Stern em Londres. Nesse estudo são apresentados os custos econômicos das consequências do aquecimento global no PIB mundial.

Marcando as diferenças de enfoque da mídia londrina e brasileira, Fiovaranti (2008) aponta que “Em uma comparação direta, a Folha de S. Paulo publicou 32 matérias no segundo semestre de 2006 e 126 no primeiro de 2007, enquanto o *Independent* publicou, respectivamente, 75 e 203” (FIOVARANTI, 2008, p. 9). Conforme o autor, além da menor publicação sobre o tema, no Brasil o noticiário concentrava-se em resultados de pesquisa com um teor pessimista. Já no ano de 2007, com o lançamento de mais um relatório do IPCC, os

jornais do mundo inteiro dão destaque ao tema do aquecimento global e da responsabilidade humana nesse processo.

Apresentando um outro recorte, Fiovaranti (2008), analisando uma amostra de 133 matérias publicadas em fevereiro em jornais e websites de 12 países (Brasil, Canadá, China, Coréia do Sul, Croácia, Eslováquia, Estados Unidos, Filipinas, Hong Kong, Japão, Nova Zelândia e Reino Unido), identifica que a maioria das matérias apresentava a mudança climática como inequívoca, altamente provável e causada por agentes humanos. Levando isso em consideração, confirma-se um tratamento inicial dado pelas mídias ao tema de forma negativa. Além disso, o autor identificou diferenças de posicionamento entre os veículos de informação: aqueles considerados conservadores dedicavam menos espaço aos relatórios do IPCC se comparados aos veículos liberais.

Numa perspectiva de agenda midiática, Fiovaranti (2008) apresenta um cenário representativo da Inglaterra, Estados Unidos e Brasil. A Inglaterra seria o espaço mais proeminente do debate acerca das mudanças climáticas vide a participação de veículos de informação como o *The Independent* e *The Guardian*, de políticos importantes como o primeiro ministro à época, Toni Blair, e a presença de centros de pesquisa sobre a temática em destacadas instituições de ensino, como a Universidade de Oxford Nos Estados Unidos, nos noticiários o debate não é intenso. Não há muito conteúdo além do referido esforço de Al Gore e do governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger, que se posicionou no sentido de produzir ações que remediem os impactos do aquecimento global. Na mesma linha, o Brasil não se destaca no aspecto da participação midiática. Começam a despontar grupos como do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e a Universidade de São Paulo (USP) que dão um tratamento científico à temática; no meio político a participação ainda é tímida.¹⁴

Sobre o contexto específico da cobertura midiática brasileira, temos um relatório da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), em parceria com a Programa de Comunicação em Mudanças Climáticas da Embaixada do Reino Unido no Brasil, que retrata o monitoramento de 50 jornais brasileiros no período entre 2005 e 2008, abordando como o tema das mudanças climáticas repercutiu na imprensa nacional. Segundo esse mesmo relatório, o ano de 2006¹⁵ se apresenta como um ponto de inflexão para o debate e coloca a questão das

¹⁴ Apresentamos aqui o nome da Ministra do Meio Ambiente entre 2003 e 2008, Marina Silva que durante sua atuação posicionou se sobre a pertinência do tema das mudanças climáticas e a necessidade de seu enfrentamento enquanto representante do Governo Brasileiro. A atuação tanto do Governo, como da ministra não foi apresentada pelo autor e consideramos necessário destacá-las.

¹⁵ Para além dos episódios já mencionados, no ano de 2006 aconteceu uma série de eventos que impulsionou o tema das mudanças climáticas. Podemos destacar: O lançamento do relatório Stern, A divulgação de mais relatórios do IPCC, a estreia

mudanças climáticas como um assunto chave para o jornalismo brasileiro: “O aumento na cobertura deste fenômeno entre o último semestre de 2006 e o primeiro de 2007 pode ser visto como reflexo do estabelecimento de novas prioridades nas editorias de meio ambiente.” (ANDI, 2010, p. 30).

A partir das informações acima explicitadas, confirmamos o espaço de destaque dado à questão das mudanças climáticas na mídia brasileira, mesmo que esse espaço seja menor em comparação a outros países como Inglaterra e EUA. Mas destaca-se que, segundo as conclusões da agência, essas discussões sobre a mudança climática não são um espaço novo na mídia. O movimento realizado é de ocupar o espaço de outros temas que estavam dentro da discussão geral sobre meio ambiente:

Observa-se, desse modo, que o despertar da mídia nacional para o fenômeno abordado neste documento foi seguido por uma queda nas matérias sobre ambiente urbano, biodiversidade, extrativismo, educação ambiental, fauna e recursos pesqueiros, dentre uma infinidade de temáticas. Esse resultado nos permite inferir que as Mudanças Climáticas não conquistaram, de fato, um espaço novo na imprensa, mas ocuparam parte das páginas anteriormente dedicadas às outras questões ambientais. (ANDI, 2010, p. 30)

Mostramos que o tema das mudanças climáticas ocupa o espaço das notícias relacionadas ao meio ambiente na mídia. Num outro estudo, a ANDI analisa a frequência dos assuntos abordados pela mídia brasileira no bojo do tema da mudança climática. Entre os assuntos, é destacado o Acordo de Paris. Segundo a agência, nos jornais impressos nacionais, a menção ao acordo correspondeu a: 2,5% no ano de 2014, 18,8 no ano de 2015 e 50,2 no ano de 2016 (ANDI, 2017, p. 45). Portanto, percebemos um aumento da cobertura ao assunto Acordo de Paris à medida que o acordo se efetivava.

O recorte do nosso *corpus* corresponde ao ano de 2017, pois representa o momento da retirada de assinatura dos EUA do Acordo de Paris. A pesquisa da ANDI (2017) não analisa esse período, mas evidencia como a repercussão do tema aumentou conforme aos eventos políticos relacionados ao tema se desdobravam.

Dito isso, a reflexão basilar deste trabalho é pensar como as discussões sobre a mudança climática ocuparam esses espaços na mídia brasileira a partir de um viés polêmico. Para construir esse caminho, apresentaremos no capítulo que se segue um olhar sobre a mídia e a argumentação numa perspectiva discursiva.

do filme “Uma verdade Inconveniente” do ex-vice-presidente americano, Al Gore e a realização da COP-13 em Bali, na Indonésia.

2 A ARGUMENTAÇÃO ENCENADA PELA MÍDIA: O DISCURSO POLÊMICO

2.1 A encenação da linguagem

Com base na Teoria Semi linguística, proposta por Patrick Charaudeau, compreende-se que a análise do discurso estuda a língua no mundo, não se limitando a uma análise da língua formal e abstrata. Para Charaudeau (2014), discurso é uma atividade de uso da linguagem realizada por sujeitos num contexto sócio-histórico levando em conta uma percepção de mundo. Pelo discurso são estabelecidas práticas sociais e constituídas normas ao comportamento linguageiro.

A construção de sentidos do discurso se concretiza pela enunciação, ou seja, quando o sujeito se apropria da língua, e forma um discurso, ao qual se insere num contexto, tendo em vista um projeto de influência social. Há uma dimensão explícita concernente à configuração semiológica visível e uma dimensão implícita ligada aos saberes acionados pelo sujeito tanto no momento de produção como de interpretação do discurso.

Nessa perspectiva, podemos representar a encenação da linguagem por meio do quadro comunicacional. Na figura 1 temos essa representação, apontando o ato de linguagem e os sujeitos que o compõe.

Figura 1 – Ato de linguagem e os sujeitos



Fonte: Charaudeau (2014, p. 52)

Conforme Charaudeau (2014), o ato de linguagem é composto por dois espaços: o espaço do fazer, denominado espaço externo, e o espaço interno, do dizer, onde se compreendem parceiros e protagonistas, respectivamente. Temos, desse modo, os parceiros: um EU comunicante (*EUC*) e um TU interpretante (*TUi*), ambos seres sociais e psicológicos. Os protagonistas são o EU enunciador (*EUE*), representando a projeção discursiva, do EUC, e o TU destinatário (*TUD*), o destinatário ideal do discurso, ambos são designados seres de fala. A linguagem se constitui, então, na interação entre parceiros e protagonistas, com um EU reportando a um TU. Esboçada essa *mise en scène*, podemos compreender as posições que os sujeitos assumem durante a enunciação.

Conduzindo o ato geral, temos o contrato de comunicação que permite o reconhecimento do ato de comunicação como válido do ponto de vista do sentido. Charaudeau (2001, p. 30) diz: “A relação contratual depende, portanto, de componentes mais ou menos objetivos, tornados pertinentes pelo jogo de expectativas que envolve o ato linguageiro”. Esse jogo se relaciona ao “desafio” que concerne as expectativas de sucesso do ato de linguagem. Os componentes são de três tipos: o comunicacional, ligado ao quadro físico da situação de interação; o psicossocial, relacionado aos estatutos (sexo, idade, posição hierárquica, etc.) que os sujeitos reconhecem um no outro; e o intencional, entendido como o conhecimento que o parceiro possui sobre o outro.

O discernimento do contrato de comunicação nos permite prever como os parceiros mutuamente se reconhecem, o propósito e as circunstâncias envolvidos no ato de linguagem. Por isso, sua importância para a caracterização da encenação mobilizada no *corpus* analisado.

2.2 O discurso midiático

A Teoria Semiolinguística nos fornece um suporte teórico-metodológico para análise dos discursos sociais mais variados como: o publicitário, o político, o midiático e o religioso. Nos debruçaremos sobre o discurso midiático, uma vez que a prática discursiva analisada pertence a esse domínio.

Charaudeau (2015) afirma que é necessário desfazer algumas ideias preconcebidas em relação às mídias. A primeira delas é a de que as mídias são uma instância de poder. Para o autor, isso não se concretiza na medida em que as mídias, diferentemente de outras instâncias como a igreja e o exército, não possuem a capacidade de gerir e influenciar as ações dos indivíduos por meios restritivos (sanções ou normas). A segunda liga-se a uma visão sobre

as mídias como estritamente manipuladoras, fato confrontado pela ponderação de que “as mídias manipulam tanto quanto manipulam a si mesmas” (CHARAUDEAU, 2015, p.18). Pois, ao conviver com o dilema de informar o maior número de pessoas com maior teor de saber possível, assumem a condição de atender às demandas do seu consumidor alvo e não somente direcionar a informação desejada. O último preconceito em relação às mídias associa-se à transmissão do que ocorre na realidade social. Nesse caso, é enfática a afirmação de que as mídias não transmitem a realidade; elas impõem o que constroem do espaço público.

Conforme Charaudeau (2015), o estudo das mídias na perspectiva semiolinguística busca analisar os efeitos de sentido que o objeto empírico (*corpus*) produz na situação de interação social. Assim, consideram-se as mídias sendo geridas por uma dupla lógica: uma lógica econômica e uma lógica simbólica. Na econômica, considera-se a dimensão de empresa concernente a todo organismo de informação que pretende fabricar um produto posicionado no mercado de bens do consumo. Na simbólica, vê-se a vocação dos organismos de informação para participar da construção da opinião pública.

Expostas essas lógicas de funcionamento da mídia, chegamos à questão que diz respeito ao propósito, ou seja, do que se fala num determinado processo de comunicação. Segundo Charaudeau (2015), o propósito se relaciona ao recorte de um “universo de discurso”, posicionado entre o exterior da linguagem e o processo linguageiro.

De acordo com Charaudeau (2015), a finalidade das mídias é relatar o acontecido no espaço público. O acontecimento se encontra num “mundo a comentar” de modo que nunca é apresentado em sua forma bruta para a recepção. O relato do acontecimento se dá em função da “atualidade”, “sociabilidade” e “imprevisibilidade”. A “atualidade” se relaciona à distância entre o momento de evidência do acontecimento e o momento da divulgação da informação. Esse potencial de atualidade tende a levar as mídias a tratar o acontecimento de maneira imediatista. A “sociabilidade” está ligada à capacidade de representar um acontecimento do mundo de forma que nada que seja do interesse do coletivo ou de importância em termos da civilização esteja alheio aos sujeitos consumidores da informação. E a “imprevisibilidade” se relaciona com a possibilidade de perturbação que o acontecimento pode causar a uma expectativa de normalidade do sistema de informação pela perspectiva do leitor.

2.2.1 O contrato de informação midiático

Segundo Charaudeau (2015), de maneira simplificada, a comunicação midiática é composta por duas instâncias: a de produção, preocupada com o papel de fornecedor da informação; e a de recepção, ligada ao desejo de consumir informações. Primeiro, a instância de produção, ligada à mídia propriamente dita, na sua dimensão de empresa, compreende dois espaços: o externo-externo (*EUC*), referente às condições socioeconômicas de produção, e o espaço externo-interno (*EUE*), que leva em consideração as condições semiológicas de construção do produto midiático. É na instância da produção que se encontram os efeitos visados pelo discurso. Segundo, a instância da recepção, ligada ao público que irá consumir a informação midiática, também delimitada em dois espaços: o interno-externo (*TUD*), relacionado ao destinatário ideal a receber os efeitos esperados pela instância de produção, e o espaço externo-externo (*TUI*), que compreende o destinatário real que irá receber e interpretar o discurso a partir do seu próprio arcabouço interpretativo.

Particularmente sobre a instância de produção, Charaudeau (2015) destaca sua estrutura compósita, formada pela: a) direção econômica da empresa, b) agentes da programação, ligados ao fazer da informação; c) redação e operadores técnicos, relacionadas ao tratamento da informação segundo uma linha editorial. A ação conjunta desses atores constrói uma enunciação aparentemente unitária e homogênea do discurso midiático e uma co-enunciação representante da ideologia do organismo de informação. Portanto, o jornalista, que *a priori* poderia ser considerado o único responsável pela enunciação, é apenas um desses atores; contudo, é o mais importante no processo.

Isso posto, ao considerarmos as expectativas e restrições vinculadas ao contrato de comunicação, compreendemos que a relação contratual é orientada por visadas. Na situação de comunicação midiática, foco deste trabalho, Charaudeau (2004) afirma que a mídia possui como predominantes a visada de informação e a visada de incitação. Na visada de informação, o *eu* quer “fazer saber”: ele está numa posição legitimada de saber e o *tu* está na posição de quem deve saber sobre um acontecimento e suas motivações. Na visada de incitação, o *eu* incita alguém a fazer, então ele deve “fazer acreditar” usando de persuasão ou sedução que o *tu* é beneficiado por seu ato. Essas visadas influenciam na dinâmica de enunciação que irá variar de acordo com a finalidade do sujeito que propõe o ato. Sendo assim, a finalidade é o componente da situação de comunicação que seleciona uma visada baseada na relação que o *eu* mantém com o *tu*.

Além da finalidade da comunicação, há outros fatores que delimitam a situação de comunicação como: a identidade dos participantes, o propósito e as circunstâncias. Quanto à

identidade dos participantes, na mídia existe a instância informante de um lado, e a instância cidadã do outro. O propósito relaciona-se ao tema, no caso das mídias, aos acontecimentos do espaço público. No que diz respeito às circunstâncias, elas se relacionam com as condições materiais de comunicação.

Considerando o citado, constatamos uma contradição inerente às mídias: buscar a maior credibilidade possível atingindo o maior número de pessoas. Poderíamos dizer de outra forma: uma tensão entre a verdade e a atração. Porém, nesse jogo de forças, os pesos não são equivalentes, ou não deveriam ser. Segundo Charaudeau (2015), no contrato de informação a visada dominante é a visada do *fazer saber*, pois sua legitimidade advém da ação de reportar o mundo de maneira credível, ou seja, ligada à verdade.

A tensão acima descrita relaciona-se às características próprias da comunicação midiática na qual o processo de transformação e transação realiza-se da seguinte forma:

Nesse caso, o “mundo a descrever” é o lugar onde se encontra o “acontecimento bruto” e o processo de *transformação* consiste, para a instância midiática, em fazer passar o acontecimento de um estado bruto (mas já interpretado), ao estado de mundo midiático construído, isto é, de “notícia”, isso ocorre sobre a dependência do processo de transação, que consiste, para instância midiática, em construir a notícia em função de como ela imagina a instância receptora, a qual, por sua vez, reinterpreta a notícia a sua maneira. (CHARAUDEAU, 2015, p. 114)

Considerando essa construção de sentido, é possível determinar as condições para a encenação da informação. No próximo tópico detalharemos as estratégias relacionadas a essa encenação.

2.2.2 A encenação da informação

De acordo com Charaudeau (2015), o contrato de comunicação midiática impõe as restrições à encenação da informação. Nesse quadro, influenciado pela dupla finalidade de captação e credibilidade, o sujeito comunicante se situa entre as restrições do contrato e a capacidade de descrever e relatar os acontecimentos do mundo ao seu modo. Essas aberturas (de tratamento do acontecimento) representam o espaço das estratégias, ou seja, a possibilidade de escolhas discursivas por parte do sujeito ao proceder ao ato de encenação da linguagem.

Nesse sentido, o ponto de partida para a construção da notícia baseia-se no entendimento de que todo acontecimento retratado passa por um filtro particular condicionado ao ponto de

vista de quem estabelece a comunicação. Nas palavras do autor: “O acontecimento não significa em si. O acontecimento só significa enquanto acontecimento em um discurso” (CHARAUDEAU, 2015, p. 131-132).

Assim, na perspectiva de Charaudeau (2015), a “notícia” compreende informações de um mesmo espaço temático oriundas de uma determinada fonte. Enquanto uma ideia de novidade que pode ser abordada de maneira variada, a notícia não é acontecimento em si, ela é um retrato do mesmo. Um retrato operado a partir de um recorte do mundo engendrado pelas mídias.

Considerando o recorte de mundo ligado às notícias, Charaudeau (2015) aponta a divisão do espaço público em três domínios de atividade: o *domínio da atividade política*, no qual se situam os participantes da cena do poder político sobre os quais as mídias constroem relatos da vida do corpo social como um todo e os atos e propósitos desses responsáveis políticos; o *domínio da atividade cidadã*, nos quais se encontram os participantes da cena da vida social retratados enquanto parte do contrapoder, reivindicando posições como por meio de manifestações, greves e interpelações ao poder constituído; e o *domínio da atividade civil cotidiana*, no qual situam-se os participantes da vida social em sua dimensão cotidiana. Neste último domínio geralmente são inseridos os acontecimentos insólitos ou catastróficos com a finalidade de captação.

Apresentados os domínios de atividade social, nos debruçamos sobre quais critérios são demandados aos atores¹⁶ para se tornarem visíveis nas mídias. Segundo Charaudeau (2015), temos os seguintes critérios:

- a) *Critério de notoriedade*: justificado pela função da mídia de evidenciar os atores mais destacados do espaço público;
- b) *Critério de representatividade*: ligado ao aparecimento de pessoas que representam interesse de grupos de poder ou contrapoder;
- c) *Critério de expressão*: justificado pela finalidade de captação, relaciona-se à simplicidade e clareza exigida nas falas dos atores;
- d) *Critério de polêmica*: também justificado pela captação, ligado à necessidade de organizar confrontos entre pessoas com posições antagônicas (sobretudo os embates políticos).

¹⁶Conforme Charaudeau (2002), na perspectiva comunicacional os fatos de linguagem são essencialmente fatos de comunicação. Assim, os atores possuem atributos psicológicos e sociais (dimensão externa) e atributos linguageiros (dimensão interna).

Definidos os domínios de atividade e os atores sociais a serem abordados, ainda cabe outra pergunta concernente à dinâmica da encenação da informação: qual a maneira empregada pela instância midiática para formular seu propósito? Charaudeau (2015) apresenta três modos de organização do discurso de informação. A partir desses modos, podemos compreender as especificidades de instruções dadas pela respectiva situação da comunicação midiática: relatar, comentar e provocar.

O primeiro modo é o *acontecimento relatado*. Nesse a notícia é construída no instante mesmo em que é relatada no espaço temático de uma rubrica. O acontecimento relatado compreende fatos e ditos. Os fatos, constituindo o fato relatado, envolvem uma descrição, uma explicação e reações. Descrever o fato depende do potencial de narração do mesmo e de uma encenação argumentativa empreendida pelo sujeito que relata o acontecimento. Explicar o fato relaciona-se a evidenciar as motivações dos atores e as circunstâncias que possibilitaram a concretização do acontecimento relatado. As reações associam-se ao papel da mídia de descrever as repercussões que o acontecimento produz no espaço público. Já os ditos, constituindo o dito relatado, é um ato de enunciação no qual um locutor relata o que foi dito por outro locutor a um interlocutor que se pressupõe não ser o interlocutor de origem. O discurso relatado se caracteriza pelo de encaixe de um dito num outro dito.

O segundo modo é o *acontecimento comentado*. A atividade de comentar o mundo é entendida como complementar ao relato. O comentário, entendido na sua dimensão argumentativa, assume uma função explicativa. Ele coloca o sujeito leitor em questão sendo instado a desenvolver um raciocínio intelectual que diz respeito ao tema comentado de maneira a ter de tomar um posicionamento.

E, por último, temos o *acontecimento provocado*, que se relaciona à construção da opinião no espaço público. Compreendendo que esse espaço de debate precisa ser organizado, as mídias não se contentam em relatar ou comentar um acontecimento: elas também o produzem. Nesse modo o acontecimento não é produto dos fenômenos do mundo, mas sim uma construção com a finalidade de revelar uma determinada verdade sobre o mundo.

2.3 Gêneros de informação midiática

Para Charaudeau (2015), três fatores devem ser considerados para configurar uma classe textual. O primeiro corresponde ao lugar de construção do sentido do texto. Nesse caso analisam-se os lugares de produção, de recepção e o texto acabado. O segundo liga-se ao grau

de generalidade do texto. Nesse são analisadas as características textuais e pondera-se que quanto mais gerais forem suas características, mais difícil de diferenciar um texto dos demais. E, terceiro, considera-se os modos da organização discursiva, compreendendo o discurso como um procedimento de organização, podendo ser descritivo, narrativo, argumentativo. Destaca-se a característica compósita do discurso.

Tratando-se dos gêneros de informação midiática, Charaudeau (2015) propõe um cruzamento de variáveis, sendo essas: instância enunciativa, conteúdo, dispositivo e modos de organização do discurso de informação. Agora, apresentaremos essas variáveis.

Quanto à instância enunciativa, Charaudeau (2015) a caracteriza pela origem do sujeito falante e o grau de implicação do mesmo. A origem é evidenciada na autoria do texto. Quando interna, advinda de um jornalista, a implicação é maior. De outro modo, o grau de implicação é menor quando a origem é externa, ou seja, proveniente de um político, especialista ou personalidade requisitado a falar ou escrever para a mídia.

No tocante ao conteúdo e ao dispositivo, Charaudeau (2015) vincula o primeiro ao macrodomínio abordado pela notícia e o segundo, à materialidade do suporte midiático. Assim, o conteúdo pode ser classificado enquanto acontecimento nacional ou estrangeiro e entre cultural, esportivo, político, econômico etc. Nesse caso, poderia ser feita uma distinção, nem sempre evidente, entre seção e rubrica. A seção representa uma classificação em grandes áreas como: “Política”, “Exterior” ou “Economia”. Já a rubrica relaciona-se a subtemas dessas áreas, que ligam os modos discursivos a temas particulares (como, por exemplo, no interior da seção “Cultura”, teríamos as rubricas: cinema, teatro, artes). Quanto ao dispositivo, temos a imprensa escrita (e virtual), o rádio e a televisão, diferenciado marcas textuais e gêneros.

Apresentamos até aqui, as variáveis pertinentes à conformação dos gêneros de informação midiática. Charaudeau (2015) propõe uma tipologia para os textos do gênero midiático que imbrica os modos de organização do discurso de informação com as instâncias enunciativas. Dessa forma, temos uma tipologia aberta com os gêneros variando entre um acontecimento relatado (reportagem) e o acontecimento provocado (debate) e, no centro desses polos, aqueles ligados ao acontecimento comentado (análise jornalística). O outro componente da tipologia relaciona os gêneros à instância de sua origem, compreendendo os mais externos como os vinculados às análises de especialistas exteriores e os mais internos como os editoriais.

2.4 O Modo Argumentativo

Sobre os modos de organização do discurso, Charaudeau (2014, p. 74) diz: “são procedimentos que consistem em utilizar determinadas categorias de língua para ordená-las em função das finalidades discursivas do ato de comunicação”. Isso significa que os modos expressam uma forma particular de organizar o discurso relacionada à finalidade comunicativa. Temos quatro finalidades: enunciar, descrever, narrar e argumentar. Por conseguinte, contamos com seus respectivos modos: Enunciativo, Descritivo, Narrativo e Argumentativo. Compreendendo que a encenação argumentativa é o alvo da nossa análise: detalharemos o modo argumentativo.

Para Charaudeau (2014), a análise do discurso não produz ou analisa uma verdade: o propósito é a investigação sobre as encenações de verdade, sendo as possibilidades de contestação e de confrontação dessas encenações que marcam o modo argumentativo. Nesse sentido, a argumentação não se limita a conectores; o processo argumentativo é discursivo e muitas vezes os argumentos estão implícitos ao texto. Pela sua proposta, a *mise en scene* argumentativa é definida por uma relação triangular entre um sujeito argumentante, uma proposta sobre o mundo e um sujeito alvo. Nesse processo, o sujeito argumentante busca tanto um ideal do verdadeiro como uma perspectiva de influência. O sujeito argumentante apresenta uma proposta que é estabelecida pela relação entre uma asserção e outra. Posteriormente, se posiciona perante essa proposta, validando-a (ou não) e, por fim, desenvolve a proposição adotada valendo-se de procedimentos argumentativos.

O Argumentativo tem a função de “permitir a construção de explicações sobre asserções feitas acerca do mundo (quer essas asserções tratem de experiência ou de conhecimento), numa perspectiva de razão demonstrativa e razão persuasiva”. (CHARAUDEAU, 2014, p. 207). A razão demonstrativa se relaciona com o mecanismo que estabelece relações de causalidade diversas entre as asserções. Os procedimentos relacionados a esses mecanismos constituem a organização da lógica argumentativa. De outro lado, a razão persuasiva se relaciona com o mecanismo que busca estabelecer a prova por meio de argumentos que fundamentem as propostas sobre o mundo, e as relações de causalidade que unem as demais asserções. Nesse caso, os procedimentos acionados compõem a encenação argumentativa.

O dispositivo argumentativo é composto de três quadros: *proposta*, *proposição e persuasão*. A proposta constitui a parte do processo que liga e combina as asserções. A proposição relaciona-se à posição que o sujeito argumentante toma com relação a uma proposta. E a persuasão concerne ao dizer do sujeito sobre as motivações de acordar ou não com a prova de veracidade da proposta.

Sobre a configuração argumentativa e como é estabelecida, Charaudeau (2014) aponta para dependência do sujeito em função da situação de comunicação na qual ele se encontra. Nesse sentido, para proceder à argumentação, o sujeito faz uso de procedimentos: semânticos, discursivos e de composição. Os *procedimentos semânticos* são embasados no valor dos argumentos com seus específicos domínios de avaliação. Os *procedimentos discursivos* fundamentam-se no uso de categorias linguísticas e, por fim, temos os *procedimentos de composição* organizando o conjunto da argumentação. Esses procedimentos têm a finalidade de validar a argumentação e justificar o quadro de questionamento.

Devido à finalidade de apresentar a encenação argumentativa, priorizamos as considerações relativas ao modo argumentativo. Por isso, vamos destacar, ao longo do texto, algumas características desse modo de organização. Em nossas análises, a argumentação será examinada no enquadramento da Semiolinguística, todavia não deixaremos de abordar outros pontos de vista sobre a argumentação, como será visto nas próximas seções.

2.4.1 A encenação da argumentação

Para Charaudeau (2014), argumentação não se resume a razão demonstrativa, ou seja, a aspectos lógicos. Temos como outro elemento fundamental à argumentação a razão persuasiva, ligada ao sujeito argumentante, à situação deste em relação ao destinatário e ao contrato de comunicação como um todo. Dessa maneira, o sujeito se encontra no centro de uma encenação, nesse caso, uma encenação argumentativa.

Segundo Charaudeau (2014), para uma assertiva ser considerada argumentativa, ela precisa se inscrever num dispositivo argumentativo. As asserções precisam ser combinadas de maneira a constituir uma proposta sobre mundo. Dada a proposta são necessárias mais duas condições: que o sujeito argumentante se posicione em relação à proposta e que o sujeito diga as motivações da sua tomada de posição. Desse modo, o dispositivo argumentativo pode ser definido como uma composição de três quadros: *proposta, proposição e persuasão*.

A *proposta* é composta por uma ou mais asserções que dizem respeito aos fenômenos do mundo desde que as mesmas assumam entre si uma relação (explícita ou implícita).

A *proposição* parte da possibilidade de colocar em causa a proposta. A depender da posição do sujeito em relação à veracidade da proposta, teremos as seguintes posições:

- a) *Tomada de posição*: o sujeito pode estar “de acordo” ou “em desacordo” em relação à proposta. Quando está “em desacordo”, declarando a proposta falsa, o sujeito

desenvolverá um ato de persuasão de modo a refutar a proposta. O processo de refutação pode ser total, se negar toda a proposta, ou parcial, se negar apenas parte dos elementos da mesma. Quando está “de acordo”, declarando verdadeira a proposta, o sujeito desenvolverá uma argumentação de forma a justificar a proposta. A justificação será total se atingir a totalidade da proposta e parcial se abarcar apenas parte da proposta.

- b) *Não tomada de posição*: nesse caso o sujeito não pode ser, *a priori*, nem favorável, nem contrário à proposta. Assim, ao invés de ser colocada em causa, a proposta é colocada em questão. Com essa atitude, o sujeito argumentante admite sua ignorância, dispondo-se a produzir um ato de persuasão baseado na ponderação. Se abarcar toda a proposta, a ponderação será total, se não alcançar a totalidade da proposta, a ponderação será parcial.

A *persuasão* coloca em evidência um quadro de raciocínio destinado a desenvolver uma das opções do quadro de questionamento: *refutação, justificativa ou ponderação*. Nesse quadro, o sujeito argumentante recorre a procedimentos para firmar as provas relativas à posição que o mesmo tomou na proposição.

Por esse ponto de vista, para que haja argumentação, Charaudeau (2014) define que é necessário:

- a) Uma proposta sobre o mundo que provoque um questionamento em alguém em relação à validade da proposta;
- b) Um sujeito que se engaje em relação à proposta de modo a estabelecer sua verdade a partir do desenvolvimento de um raciocínio;
- c) Um outro sujeito que se relaciona à proposta (e seu questionamento) constituindo-se como o sujeito alvo da argumentação.

Dissemos anteriormente que o sujeito se vale procedimentos para atestar sua posição firmada na proposição. No decorrer do texto, qualificaremos e detalharemos esses procedimentos conforme Charaudeau (2014). Para esse autor, os procedimentos podem ser de três tipos: *semânticos, discursivos e de composição*.

De acordo com Charaudeau (2014), os *procedimentos semânticos* vinculam-se ao uso de argumentos fundamentados num consenso social uma vez que os membros de um grupo sociocultural compartilham determinados valores, em determinados domínios de avaliação. Esses valores são as normas de representação social contidas em cada domínio. Os domínios de avaliação são:

- a) O *domínio da verdade*, que define entre o verdadeiro ou falso tanto a existência dos seres em sua originalidade, autenticidade e unicidade, quanto os aspectos do saber relativos à explicação dos fenômenos do mundo;
- b) O *domínio do estético*, que define em termos de belo e de feio os seres na natureza, as representações do homem ou os objetos que os mesmos fabricam;
- c) O *domínio do ético*, que define entre bem e mal os comportamentos morais impostos ao homem na dimensão externa de leis e regras ou na dimensão interna com suas regras particulares de conduta;
- d) O *domínio do hedônico*, que define em termos de agradável ou desagradável aquilo pertencente ao âmbito dos sentidos de prazer para com os projetos ou pretensões humanas;
- e) O *domínio do Pragmático*, que define em termos de útil ou inútil, o que depende de uma relação de interesse.

No que diz respeito aos *procedimentos discursivos*, os mesmos vinculam-se ao uso contínuo ou oportuno de determinadas categorias de língua ou procedimentos de outros modos de organização do discurso para atingir o efeito de persuasão. Conforme Charaudeau (2014), temos os seguintes procedimentos: *definição*, *comparação*, *descrição narrativa*, *citação*, *acumulação* e *questionamento*. A *definição* refere-se a uma qualificação que consiste em descrever as características de uma palavra. No plano da argumentação, a *definição* pode ser utilizada com a finalidade de produzir um efeito de evidência. A *comparação* envolve tanto a qualificação como a quantificação. Ela é usada na argumentação de forma a ilustrar ou facilitar o entendimento. A *descrição narrativa* visa um reforço de prova por meio da descrição de um fato ou o contar de uma história. Já a *citação* busca um efeito de verdade ao se referir as emissões escritas ou orais de outro locutor. A *acumulação* liga-se ao uso de vários argumentos para validar uma mesma prova. E por fim, o *questionamento* é o procedimento de colocar em questão uma proposta ou realização do interlocutor.

Para finalizar a encenação argumentativa, abordaremos os *procedimentos de composição*. De acordo com Charaudeau (2014), esses procedimentos são utilizados pelo sujeito argumentante para dividir e hierarquizar os elementos do processo argumentativo. Podemos dividi-los em dois tipos: *composição linear* e *composição classificatória*. Na *composição linear* os elementos são empregados de modo a facilitar a localização das articulações argumentativas. Nesse tipo, a argumentação é construída em etapas (começo, transição e fim) e/ou pode promover a retomada de argumentos numa dinâmica de vai e vem,

além de usar de tempos fortes que ditam o ritmo do processo e sublinham certos momentos. Numa dinâmica diferente, a composição classificatória retoma argumentos, dados ou resultados já apresentados de uma maneira reduzida, seja por uma reformulação mais concisa ou pelo uso de quadros, tabelas ou figuras.

Descrito o dispositivo argumentativo, Charaudeau (2014) salienta que não há uma forma específica para a argumentação aparecer no texto. Tal forma dependerá de fatores como a situação de troca e o contrato de comunicação. Quando considerada a situação de troca, poderemos encontrar uma situação monologal ou dialogal. Na monologal o próprio sujeito argumentante constitui a totalidade do texto, ele coloca em evidência a proposta, a proposição que questiona e desenvolve a persuasão. Na dialogal, a proposta, a proposição e persuasão são desenvolvidas ao longo das réplicas que constituem a troca linguageira.

Quando considerado o contrato de comunicação, a argumentação pode ser implícita ou explícita. Na implícita, o quadro de questionamento não é apresentado, sendo necessário interpretar asserções simples como parte de um quadro de questionamento. Na explícita, o quadro de questionamento está evidenciado ao longo do texto.

Além das posições em relação à *proposta* e aos tipos de configuração, temos as posições que se relacionam à própria argumentação. Essas posições relativas à argumentação dependem de como o sujeito se posiciona diante de seu próprio quadro de questionamento. Assim, ele pode assumir um *engajamento* ao se implicar pessoalmente no quadro ou *não engajamento* quando não se implica pessoalmente. No caso do engajamento temos uma controvérsia na qual os sujeitos são colocados em causa ou até mesmo acusação segundo valores morais, denúncias ou comportamento irônicos engendrando uma argumentação polêmica. Charaudeau (2014) apresenta alguns traços da argumentação polêmica como: a indeterminação, o processo de acusação e a auto atribuição.

No que tange ao posicionamento em relação ao emissor da proposta, há os casos de aceitação ou rejeição status do emissor. No caso de aceitação do status do emissor, o sujeito argumentante admite que os outros participantes do quadro de questionamento têm autoridade, crédito e saber para participar da argumentação. Quando acontece a rejeição do status do emissor, o sujeito responsável pelo quadro de questionamento pode não dar crédito ao sujeito que emitiu a proposta.

2.5 Para uma compreensão da polêmica

Regularmente a polêmica se apresenta como um choque brutal entre opiniões no meio público. Assim, ela está majoritariamente ligada à ideia de desacordo e, nessa medida, compartilha do mesmo descrédito que nas sociedades atuais recebe o dissenso. Conforme Amossy (2017a), poderíamos dizer que há uma obsessão pelo consenso e uma rejeição ao dissenso. Nas sociedades democráticas atuais, busca-se o consenso, daí a visão geral predominante de que a opinião do comum acordo da maioria levaria ao bem-estar social. Nessa perspectiva, as divergências de opiniões prolongadas e profundas levariam a uma desarmonia social. A sociedade ideal deve ser firmada sob o consenso. O adequado à gestão pública corresponde à tomada de decisões alcançada por mecanismos como: a deliberação comum, a negociação, a mediação, arbitragem e ação judicial. A polêmica e o dissenso são deixados de fora dessa lista.

Dito isso, poderíamos pensar o consenso como fundamental tanto para a argumentação quanto para a política. Contrariando esse raciocínio, Amossy (2017a) discute a relação entre dissenso e democracia baseando-se nas considerações da cientista política Chantal Mouffe. Na perspectiva de Mouffe (2005), o conflito e o desacordo são inerentes à política, esses não prejudicam a democracia, eles são necessários para sua existência. O coração da democracia está na gestão do desacordo. Por esse ângulo, um modelo de democracia não pode excluir o dissenso de seu panorama. Pois, primeiro, conforme destaca a autora, não necessariamente toda argumentação baseada na racionalidade e no acordo chega a uma conclusão. Existiriam desacordos profundos não resolvidos. E, segundo, pensando o campo da política, o desacordo seria fundamental às sociedades democráticas na medida em que possibilita o afloramento da pluralidade de ideias.

Foi considerando esse horizonte que optamos por adotar a perspectiva que Amossy desenvolve em sua obra *Apologia da Polêmica*, pois, diferentemente de Charaudeau (2014), que aborda a polêmica na forma de uma “argumentação polêmica” vinculada às posições do sujeito com relação à sua própria argumentação, Amossy (2017a) busca legitimar a polêmica e examinar suas funções construtivas. Uma vez que neste trabalho nos propomos analisar as implicações de um tema conflituoso, com um particular desacordo no campo da política, como o da mudança climática, seria necessária uma visão ampliada da polêmica como parte do processo argumentativo.

2.5.1 Polêmica: definição e estruturação

Para conceituar a polêmica, Amossy (2017a) busca inseri-la no espaço da deliberação e da argumentação retórica. Assim sendo, propõe uma definição que esteja afastada da sua simples associação à violência e à paixão: “A polêmica é, portanto, um debate em torno de uma questão de atualidade, de interesse público, que comporta os anseios da sociedade mais ou menos importantes numa dada cultura” (AMOSSY, 2017a, p. 49). Por essa ótica, a polêmica é o conjunto das interações conflitantes sobre um dado tema num dado momento.

Segundo Amossy (2017a) a polêmica pode assumir duas modalidades: o discurso polêmico e a interação polêmica. O discurso polêmico é a polêmica apresentada na forma de uma produção discursiva na qual uma das partes implica o discurso do outro. Já a interação polêmica representa a polêmica sob uma interação face a face.

Procurando delinear o discurso polêmico, Amossy (2017b) comenta:

Discurso dialógico que se apresenta sob a forma de anti-discurso, a polêmica se caracteriza pela dicotomização, pela polarização, e pelo descrédito à tese ou à pessoa do outro. Ela pode (mas não deve) ser acompanhada de paixão. A hostilidade entre grupos antagonistas se presta a isso, mas o tratamento emocional não é obrigatório e em caso algum, suficiente para definir a polêmica como tal. (AMOSSY, 2017b, p. 233)

Assim, o discurso polêmico é dialógico (remetente à interdiscursividade), mas não necessariamente dialogal (conversa entre dois ou mais) como a interação polêmica. Sobre a caracterização do discurso polêmico, Amossy (2017a) descreve três movimentos específicos: *dicotomização*; *polarização*; e *desqualificação do adversário*. Assim, a movimentação se inicia com o confronto irreduzível no qual as diferentes posições levam a uma dicotomização, o que gera uma *polarização* entre um “nós” e um “eles”. E por fim, a *desqualificação do adversário* é notada pelas marcas pejorativas.

Explorando a *dicotomização*, observamos que ela é representada pelo choque de opiniões contraditórias: duas posições que se excluem uma sendo a antítese do outra. Nesse caso, o debate é radicalizado e um acordo mostra-se difícil de ser construído. Diferente do debate que visa uma solução acordada, a situação conflitual é o centro da polêmica. Ela evidencia o embate entre as opiniões antagônicas que circulam no espaço público. Sobre o desacordo e sua influência: “a polêmica que trata de questões de interesse público é uma gestão verbal do conflitual, caracterizada por uma tendência à dicotomização, que torna problemática a busca por um acordo” (AMOSSY, 2017a, p. 55).

Diversamente da *dicotomização*, a *polarização* não se vincula exclusivamente à relação antitética de opiniões ou posições. O primordial é a estrutura actancial (papéis) formada por um

Proponente (defensor de uma posição) e um Oponente (opositor dessa proposta) face a um Terceiro (ouvinte-espectador da confrontação). A partir da polarização formam-se campos inimigos que põe um “nós” diante um “eles”. Ao contrário de uma divisão abstrata, ela marca crivos sociais representados por pessoas ou grupos; portanto, é um fenômeno social. Uma vez que se funda em uma estrutura na qual os diferentes atores se juntam em torno de dois grupos antagônicos, a polarização é difícil de solucionar. Conforme Amossy (2017a), não se trata de considerar uma simples oposição argumentativa entre atores individuais, tanto que frequentemente as posições defendidas pelos atores estão ligadas aos seus próprios valores, visão de mundo e identidade.

E, no terceiro movimento, ou seja, a *desqualificação do adversário*, a ação empenhada é o desacredito ao adversário. De acordo com Amossy (2017a), na sua forma mais branda, o descrédito recai apenas na palavra do outro, mas a pessoa do outro ou do grupo que ele representa também podem ser alvo de tentativa de falseamento. Quando o alvo é a palavra do outro, as razões dos adversários são contestadas, visando gerar desconfianças em relação a essas palavras, de modo que não mereçam concordância. Os recursos da negação, ironia ou reformulação podem ser utilizados para alcançar esse propósito. Na situação em que o alvo é a pessoa ou o grupo de que ela faz parte, visa-se que o adversário não possa exercer sua influência. O adversário pode ser tomado com um inimigo e em casos extremos o movimento pode chegar ao ponto de diabolizar o adversário ou considerá-lo como representante do mal.

Ditas essas características gerais sobre o discurso polêmico, chegamos à questão de sua presença no espaço público. Nesse contexto, o mesmo é encenado: “As mídias transformam os conflitos em um acontecimento” (AMOSSY, 2017a, p. 201). Compreendendo a polêmica sob essa ótica, pode-se estender sua finalidade para além da persuasão direta: ela também pode ser mobilizada para dar visibilidade a posições dentro de um confronto. Assim sendo, as mídias têm um papel central na construção da polêmica pública.

Portanto, a elaboração da polêmica compreende não somente o reportar dos fatos. O jornalista seleciona as falas e as ordena, buscando a encenação de uma confrontação verbal de modo a construir um diálogo. A voz dos polemistas, os atores da polêmica, é ouvida a partir da escrita do próprio jornalista. Sendo que, não necessariamente, a responsabilidade do que dizem os polemistas é tida como responsabilidade do locutor (o jornalista). Quando discorre sobre a construção do acontecimento midiático, como expusemos em seções anteriores, Charaudeau (2015) define os critérios de atualidade, sociabilidade e imprevisibilidade. Esses dois primeiros

critérios dialogam com a proposição de Amossy (2017a) da polêmica enquanto uma questão atual (atualidade) e de interesse público (sociabilidade).

De acordo com Amossy (2017a), o grau de implicação do jornalista em relação às falas dos polemistas depende de como ele assume a fala dos dois campos que se confrontam na polêmica. Destaca-se, ainda, que esse grau de implicação se relacionará com o contrato de comunicação característico ao gênero do texto. Dito isso, podemos estabelecer uma relação entre o grau de implicação esperado do jornalista com a categorização dos textos do nosso *corpus* em modos discursivos conforme Charaudeau (2015). Em vista disso, a escala de implicação aumentaria partindo do acontecimento relatado (zero ou reduzida implicação) até o acontecimento comentado (intensa implicação).

No que se refere à escritura da polêmica na imprensa, Amossy (2017a) destaca que a polarização é encenada, por isso, não é uma realidade *in loco*; ela é formada pelo modo de organização e pelo posicionamento dos atores participantes da polêmica em grupos antagônicos.

3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE: OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO DE INFORMAÇÃO E A POLÊMICA

3.1 Considerações gerais sobre as notícias do corpus

Examinando as notícias do *corpus*, a instância de produção é constituída pelo corpo editorial de cada um dos *sites* e pelo jornalista que escreveu cada notícia. No que se refere à instância de recepção, esta é formada pelos possíveis leitores dos *sites* interessados na temática de mudanças climáticas e pelo leitor do texto. Assim, a produção material do discurso dos *sites* é influenciada tanto pelas percepções e visões de mundo do jornalista que o produz como pela compreensão de mundo e posicionamento político de toda a equipe que comanda as publicações presentes nos *sites*.

No que tange ao ato midiático particular, temos um *EUC* representado pelos respectivos veículos de comunicação (*El país Brasil, Veja online, portal G1*) e um *TUi* representado pelos leitores reais das notícias desses veículos de comunicação. O *EUC* se apresenta como uma instância compósita formada por todo corpo editorial e de jornalistas dos veículos de comunicação. Já o *TUi* corresponde aos leitores de mídia digital, sobretudo os interessados no tema da mudança climática. Nas notícias do *El país Brasil e Veja online*, o *EUE*, enquanto uma projeção do *EUC*, é representado pelo jornalista, que de modo geral, ocupa esse lugar no sentido de “falar como um jornalista” (os textos são assinados). De modo diverso, as notícias do *G1* não são assinadas, sendo necessário considerar o *EUE* na sua dimensão compósita, ou seja, um jornalista abstrato que representaria os diversos indivíduos responsáveis pelas publicações desse *site*. No que diz respeito ao *TUd*, é possível considerar que os veículos imaginem um destinatário ideal que reconheça o assunto Acordo de Paris ou pelo menos conheça e tenha interesse em relação aos atores políticos abordados nas notícias.

Em relação aos aspectos que Charaudeau (2015) aponta como fundamentais para a construção e relato do acontecimento, destacamos: a “atualidade”. Assim sendo, em meados de 2017, reconhecendo a iminência da manifestação da saída dos EUA do Acordo de Paris, os veículos de comunicação noticiam, então, que o anúncio oficial ocorrerá em um momento próximo. Essa marca de expectativa em relação ao acontecimento pode ser constatada a partir dos títulos das notícias:

Trump está decidido a retirar EUA do Acordo de Paris. (notícia 1)

EUA: Trump deixará o Acordo de Paris sobre o clima. (notícia 4)

Trump deve retirar EUA do acordo sobre mudanças climáticas. (notícia 7)

Do ponto de vista da divisão do espaço público, considerando que os atores e os temas de discussão privilegiados se relacionam com a cena do poder político, o universo de recorte das notícias é o domínio da atividade política. Ao tratar das repercussões do Acordo de Paris são evidenciados atores políticos como o ex-presidente americano Barack Obama e notadamente o atual presidente Donald Trump. Além disso, são abordados os impactos do Acordo de Paris nas relações diplomáticas entre diferentes países como EUA, China e Alemanha.

Em relação aos critérios que são demandados aos atores para se tornarem visíveis nas mídias, conforme Charaudeau (2015), dois se destacaram: a notoriedade e a polêmica. Advertimos que, nesse caso, Charaudeau (2015) entende a polêmica como um critério de visibilidade nas mídias; não confundir com a argumentação polêmica (engajamento do sujeito em relação à própria argumentação), consoante a Charaudeau (2014). Além disso, difere da significação de polêmica relacionada à argumentação proposta por Amossy (2017a).

. Podemos observar esses dois critérios através dos excertos a seguir:

Depois de a notícia ganhar repercussão na manhã desta quarta-feira (31), Trump publicou, em sua conta no Twitter, que pretende anunciar sua decisão sobre o Acordo de Paris "nos próximos dias". (excerto 1, notícia 1)

Em sua campanha eleitoral, afirmou várias vezes que a mudança climática foi inventada pela China. Mais tarde disse que as armações não passavam de uma piada, mas reiterou que não crê que os chineses irão cumprir sua parte no acordo ou estejam sequer tentando reduzir seu consumo de combustíveis fósseis. (excerto 2, notícia 5)

Como evidenciado no excerto 1, que trata do anúncio da saída, o nome de Trump é ressaltado como vinculado ao acontecimento: "Saída dos EUA do Acordo de Paris". A primeira justificativa para esse realce se liga à notoriedade, visto que Trump, na posição de presidente dos EUA, representa um ator político proeminente no cenário político mundial. Sua decisão é importante de modo que a mídia destaca que sua posição será dada em breve, indicando a relevância da mesma e a expectativa em torno do seu anúncio. E, segundo, pelo critério da polêmica, seu nome evoca confrontos no espaço político com os mais distintos grupos, no caso, vide excerto 2, é evocado um confronto com a China, negando a existência das mudanças

climáticas e as qualificando como uma invenção dos chineses. O uso da palavra “piada”, nesse caso no sentido de algo que não deve ser levado em consideração ou que não é sério, reforça essa oposição acentuada com uma finalidade de contestação.

Destaca-se que sendo predominantemente agrupadas em seções ligadas ao panorama internacional, prioriza-se a relação do conteúdo das notícias com o tema político e seus engendramentos em detrimento do panorama ambiental. Essa classificação reforça a perspectiva que apresentamos em momentos anteriores de que é privilegiada a polêmica sobre a temática das mudanças climáticas sobretudo na sua dimensão política.

No que diz respeito aos gêneros de informação midiática, não temos a pretensão de enquadrar por ora os textos em um gênero específico. Tal medida é baseada na seguinte ponderação: “O estabelecimento de uma tipologia deve, de fato, constituir o ato final e não primeiro de um trabalho minucioso de descrição e análise” (CHARAUDEAU, 2015, p. 211). Sendo assim, ao invés de enquadrar os textos especificamente como notícia, reportagem ou artigo de opinião, nos atemos a caracterizar nosso *corpus* a partir dos modos discursivos e das instâncias enunciativas. Abaixo temos um quadro que sintetiza essa caracterização.

Quadro 2 – Caracterização do *corpus* considerando os gêneros de informação midiática

Notícia	Autoria	Origem	Dispositivo	Seção	Modo discursivo
1	Por G1	Interna	Imprensa escrita (digital)	Natureza	Acontecimento relatado
2	Por G1	Interna	Imprensa escrita (digital)	Natureza	Acontecimento Relatado/Comentado
3	Por G1	Interna	Imprensa escrita (digital)	Natureza	Acontecimento relatado
4	Da redação	Interna	Imprensa escrita (digital)	Mundo	Acontecimento relatado/comentado
5	Julia Braum	Interna	Imprensa escrita (digital)	Mundo	Acontecimento Relatado/Comentado
6	Rita Loiola	Interna	Imprensa escrita (digital)	Mundo	Acontecimento Comentado
7	Jan Martínez Ahrens	Interna	Imprensa escrita (digital)	Internacional	Acontecimento Comentado
8	Manuel Planelles	Interna	Imprensa escrita (digital)	Internacional	Acontecimento Comentado
9	Cristina F. Pereda	Interna	Imprensa escrita (digital)	Internacional	Acontecimento Comentado

Fonte: Dados da pesquisa

3.2 Os modos de organização do discurso de informação e a encenação argumentativa nas notícias do *corpus*

Analisaremos os modos de organização do discurso¹⁷ de informação encontrados a partir da descrição da estrutura das notícias e de trechos selecionados.

3.2.1 Acontecimento relatado

Esse modo discursivo foi utilizado para a construção das notícias 1 e 3. Vejamos os exemplos a partir dos excertos a seguir.

Durante sua campanha eleitoral, Trump criticou duramente o Acordo de Paris e questionou a mudança climática... (excerto 3, notícia 1)

Já Trump acredita que as leis ambientais afogam o crescimento econômico e são responsáveis pela perda de empregos no país. (excerto 4, notícia 1)

Os membros do G7, com exceção dos EUA, reiteraram nessa declaração o compromisso de implementar "rapidamente" o Acordo de Paris. (excerto 5, notícia 1)

Em sequência, políticos e organizações comentaram a decisão. Leia: (excerto 6, notícia 3)

Nos excertos 3 e 4 notamos a ação de explicar o relato. São apresentadas as motivações dos atores e circunstâncias ligadas ao acontecimento. Nesse caso, como identificado nos excertos 3 e 4, são apresentadas as motivações de Trump quando questiona a mudança climática e a associa a um prejuízo econômico. Além de explicar, são evidenciadas as reações ao acontecimento como visto no excerto 5. E no excerto 6, a menção aos comentários de políticos, organizações e especificamente o G7 ilustram as reações à decisão de saída do Acordo de Paris.

3.2.2 Acontecimento comentado

Esse modo discursivo foi identificado nas notícias 6,7, 8, e 9.

¹⁷ Com essa classificação, Charaudeau (2015) apresenta a organização do discurso de informação. Não corresponde a categoria modos de organização do discurso (enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo) proposta por Charaudeau (2014).

O anúncio feito pelo presidente americano Donald Trump sobre a saída dos Estados Unidos do Acordo do Clima de Paris, nesta quinta-feira, faz do país uma nação isolada em questões climáticas. (excerto 7, notícia 6)

A saída consumaria o triunfo do isolacionismo e o avanço da ala mais radical da Casa Branca. (excerto 8, notícia 7)

O sinal que enviaria é inequívoco: os Estados Unidos só cumprirão com acordos que lhe convenham. (excerto 9, notícia 7)

O Acordo de Paris, firmado em dezembro de 2015 e que começa a ser aplicado em 2020, não precisava de líderes desconfiados ou céticos agora. Na realidade, o oposto é que era necessário. (excerto 10, notícia 8)

Os Estados Unidos continuarão sendo um dos maiores poluidores – o segundo atrás apenas da China – e não atingirá seus objetivos na redução de emissões. (excerto 11, notícia 9)

Na prática, porém, a situação é diferente. Trump aprovou uma série de normas que já desmantelaram a política de Obama na luta contra a mudança climática e isso vai impedir a redução das emissões. Na ausência destas proteções, os EUA não iriam conseguir cumprir seu compromisso com Paris. (excerto 12, notícia 9)

Nos excertos 7, 8 e 9 podemos identificar uma avaliação em relação ao acontecimento. Os fragmentos “nação isolada”, “triunfo do isolacionismo”, “só cumprirão com acordos que lhe convenham” demonstram um posicionamento de que a saída do Acordo de Paris faria dos EUA um país distante do mundo. Dessa forma, a decisão americana não afetaria somente a questão climática: ela reposicionaria negativamente o país no cenário político mundial. Já nos excertos 10 e 11, há uma ação de esclarecer o que está oculto em relação ao tema. No excerto 10 é evidenciado o que deveria ser a postura tomada pelo os EUA, qual seja, uma posição distante do ceticismo em relação à mudança climática. E no excerto 11 é explicitado que mesmo antes da saída do Acordo de Paris, as medidas de Trump já inviabilizariam a efetivação do mesmo. Abaixo, encontram-se as propostas, proposições e persuasões identificadas a partir da análise desses excertos.

Quadro 3 – Dispositivo argumentativo presente nas notícias 6,7,8 e 9

Proposta	Proposição	Persuasão
Saída dos EUA do Acordo de Paris isolará o país.	Tomada de posição; a favor; total.	a) Os demais países se unirão em função do Acordo. b) O acordo é um esforço coletivo. Esforço.

		c) Ao deixar de financiar o fundo clima, EUA prejudica o acordo e outros países mais pobres.
Saída do acordo é uma medida isolacionista e radical.	Tomada de posição; a favor; total.	a) EUA é um grande poluidor, não deveria tomar essa medida, já que é responsável pela mudança. b) Só cumpre o que lhe convém. c) Indústria energética vai na contramão da posição de Trump. d) Entrega da liderança pra outros países.
É necessário o comprometimento dos países com o Acordo de Paris.	Tomada de posição; a favor; total.	a) Os líderes precisariam acreditar na mudança climática. b) As próprias metas do acordo já não seriam suficientes, não adotar o acordo é um erro.
Trump não luta contra as mudanças climática	Tomada de posição; a favor; total.	O acordo de Paris representa a luta contra a mudança climática; se sai do acordo, sai da luta.
Trump pode renegociar o acordo	Tomada de posição; contra; total.	a) Não pode sair nos três primeiros anos b) Suas medidas políticas já impedem a adoção das previsões do acordo. c) Saída intensificará aquecimento global.
Saída intensificará o aquecimento global	Tomada de posição, a favor, total	EUA é um dos principais poluidores.

Fonte: Dados da pesquisa

De forma geral, podemos dizer que os *procedimentos semânticos* mobilizados concernem ao *domínio do ético* e ao *domínio do pragmático*. Ligado ao *domínio do ético*, no excerto 8, identificamos o valor de solidariedade. É esperado uma liderança dos EUA que beneficiaria o todo, um empenho pelo acordo ao qual devem se unir. A ideia de que o acordo seria uma luta contra o aquecimento global (algo tido como gerador do mal) direciona o posicionamento ideal para aquele ligado ao bem, ou seja, a luta contra o aquecimento global. A

moral externa, então, liga-se a um valor de responsabilidade no qual os países e os atores políticos devem assumir o compromisso de se posicionar a favor do acordo para assim conter o aquecimento global. Quanto ao *domínio do pragmático*, percebemos no excerto 12, o valor de prudência. Na medida que o aquecimento global é considerado prejudicial, a ação mais prudente é endossar o acordo, pois essa ação contribuiria para redução das emissões de gases poluentes. Assim, diante o dilema apresentado, a prudência é a norma de comportamento a ser seguida.

No que se refere aos *procedimentos discursivos*, identificamos a *definição e a descrição narrativa*. Segundo Charaudeau (2014), a *definição* tem a finalidade de gerar um efeito de evidência e saber para o sujeito que argumenta. Notamos no excerto 11 o uso da definição de um ser no processo de qualificar os EUA como um país poluidor, nesse caso argumenta-se a partir do saber de conhecimento (dados de emissão de gases) que o país é um agente da mudança climática. No que diz respeito à *descrição narrativa*, Charaudeau (2014), associa esse procedimento à comparação e relaciona seus efeitos a uma busca de exemplificação. Nas notícias analisadas, a *descrição narrativa* é observada no excerto 12 quando são descritas as medidas pretéritas de Trump: “aprovou uma série de normas que já desmantelaram a política de Obama”. Nesse caso, é construído o caminho de medidas que foram tomadas até a decisão final de retirada do acordo.

3.2.3 Acontecimento relatado e acontecimento comentado

Nas notícias 2, 4 e 5 notamos que o acontecimento foi abordado predominantemente na forma relatada, mas em menor intensidade ele ainda é comentado. Os excertos 13, 14, 15 e 16 demonstram um posicionamento em relação ao acontecimento, ou seja, a notícia não se limita a relatar:

A decisão de Trump pode ter sérias consequências para o cumprimento das obrigações previstas pelo tratado por parte de outros países e, mais em geral, sobre a condição climática do planeta, considerando que o aquecimento global é um fenômeno que já está ocorrendo e que todos os anos perdidos na luta contra esse fenômeno aumentam o risco de provocar efeitos irreversíveis sobre o clima. (excerto 13, notícia 2)

A decisão de Trump, que já chamou o aquecimento global de farsa, aprofunda as diferenças dos Estados Unidos com países aliados e põe em risco o cumprimento do acordo por outras potências. (excerto 14, notícia 4)

No pior dos casos, a retirada do acordo desencorajará as nações em desenvolvimento, que se espelham nos americanos, a tomarem medidas adicionais para limitar suas emissões. (excerto 15, notícia 5)

Contudo, defensores do acordo acreditam que a saída dos Estados Unidos prejudicará seu relacionamento com aliados próximos, que podem acabar cedendo eventualmente à influência econômica da China. (excerto 16, notícia 5)

Esses fragmentos indicam uma opinião centrada nas consequências (“põe em risco”, “desencorajara” e “prejudicará”) que a decisão de Trump desencadearia tanto nas relações dos EUA com os demais países como na questão climática do planeta. No quadro abaixo podemos verificar como se apresenta o dispositivo argumentativo nessas notícias.

Quadro 4 – Dispositivo argumentativo presente nas notícias 2,4 e 5

Proposta	Proposição	Persuasão
Saída dos EUA do Acordo de Paris piorará à condição climática do planeta.	Tomada de posição; a favor; total.	<ul style="list-style-type: none"> a) Decisão dos EUA afeta a decisão dos outros países. b) Não cumprir as obrigações do acordo pode intensificar o aquecimento global. c) Se o acontecimento global for intensificado, as condições climáticas da terra vão piorar.
Saída do Acordo de Paris distanciará EUA dos seus aliados.	Tomada de posição; a favor; parcial.	<ul style="list-style-type: none"> a) EUA tem poder de influência sobre outros países (a favor da proposta). b) Outro país (China) pode assumir à liderança do acordo (contra a proposta).
Saída dos EUA desencorajará outros países em desenvolvimento.	tomada de posição; a favor; parcial.	<ul style="list-style-type: none"> a) EUA tem poder de influência sobre outros países (a favor da proposta). b) Outro país (China) pode assumir à liderança do acordo (contra a proposta).
Saída dos EUA do Acordo de Paris distancia o país dos seus aliados.	Tomada de posição; a favor; parcial.	<ul style="list-style-type: none"> a) EUA tem poder de influência sobre outros países. países

		<p>se espelham. (discorda da proposta)</p> <p>b) China e UE podem assumir à liderança do acordo. (concorda com a proposta)</p> <p>c) Fim da contribuição americana pode diminuir os esforços coletivos. (concorda com a proposta)</p>
--	--	---

Fonte: Dados da pesquisa

Ainda se tratando da argumentação, quanto aos *procedimentos semânticos*, o mais proeminente é o *domínio do ético*. No excerto 13, com o posicionamento a favor do acordo e o reconhecimento da mudança climática como verdade, podemos identificar o valor de honestidade. E, o uso da palavra “luta” para se referir ao enfrentamento à mudança climática, indica o valor de esforço que se intenta associar ao Acordo de Paris.

No que se refere aos *procedimentos discursivos*, identificamos as atividades de *comparação* e de *definição*. Ainda no excerto 13, a *definição* é utilizada para validar o aquecimento global como um acontecimento real. Mobiliza-se um saber de conhecimento quando o define como um “fenômeno”, ou seja, um fato ou ocorrência que pode ser explicada cientificamente. Já a *comparação*, segundo Charaudeau (2014), busca reforçar a prova de um julgamento visando um efeito pedagógico. No excerto 15, notamos esse procedimento quando é afirmado que a decisão dos EUA impactará outros países devido a esses terem um comportamento diplomático semelhante (espelhado) ao governo americano.

3.3 A polêmica em funcionamento

Abordaremos nas seções seguintes como a polêmica sobre a mudança climática é encenada nas notícias do *corpus* selecionado. Nossa análise será dividida em três grupos, que representam os três veículos, quais sejam *G1*, *El Pais Brasil* e *Veja online*, que abrigam as nove notícias que compõem nosso *corpus*. Os excertos foram analisados destacando os movimentos típicos da composição do discurso polêmico: dicotomização, polarização e a desqualificação do outro.

3.3.1 A polêmica pelo G1

A partir da análise dos dois excertos abaixo, podemos perceber as marcas da dicotomização em relação às mudanças climáticas:

Ele já vinha defendendo que leis ambientais afogam o crescimento econômico e são responsáveis pela perda de empregos no país (excerto 17, notícia 1)

O acordo busca uma mudança de modelo de desenvolvimento, livre de combustíveis fósseis, e foi assinado por seu predecessor Barack Obama. (excerto 18, notícia 1)

A primeira tese, defendida no excerto 17, associa a adoção de leis ambientais a um prejuízo econômico. A relação que pode ser estabelecida é de que preservar o meio ambiente afeta a empregabilidade do país. Dessa forma, há um duplo movimento: primeiro, o impacto das leis ambientais são tidos como responsáveis pelos problemas de desemprego no país e não se fala dos possíveis benefícios da preservação ao meio ambiente; e, segundo, as causas do desemprego são associadas a uma questão ambiental, que, *a priori*, estaria fora da seara econômica. Nessa perspectiva, não seria possível obter resultados econômicos positivos se tivermos leis de preservação ambiental.

Já no excerto 18, que trata dos objetivos do Acordo de Paris, não há uma associação negativa entre preservação ambiental e ganho econômico. O que se defende é um modelo diferente de desenvolvimento econômico no qual a questão ambiental esteja inserida, notadamente pela busca da mudança do padrão de energia não renovável (matriz energética fóssil) para um modelo econômico livre do uso de combustíveis fósseis, ou seja, uma matriz energética renovável. Assim, percebemos duas teses opostas quanto à relação preservação ambiental/desenvolvimento econômico.

Um das marcas da dicotomização é a tendência de tornar problemático um acordo no que tange ao debate de propostas. Trump assume falas com o propósito de buscar um acordo melhor. Em vista disso, seria dicotômico o debate sobre a mudança climática? Vejamos essas falas para abordar a dicotomia:

Presidente prometeu negociar um retorno futuro ou fazer um novo acordo mais justo para os americanos. Na campanha eleitoral, ele tinha prometido abandonar consenso da ONU nos primeiros 100 dias de governo. (excerto 19, notícia 2)

Para cumprir o meu dever solene de proteger os Estados Unidos e os seus cidadãos, os Estados Unidos vão se retirar do acordo climático de

Paris, mas iniciam as negociações para voltar a entrar no acordo de Paris ou em uma transação inteiramente nova em termos justos para os Estados Unidos, suas empresas, seus trabalhadores, suas pessoas, seus contribuintes, disse Trump. (excerto 20, notícia 2)

Estamos saindo, mas vamos começar a negociar e veremos se podemos fazer um acordo justo. Se pudermos, ótimo. Se não pudermos, tudo bem. (excerto 21, notícia 2)

Ao destacar a promessa de Trump em relação a um futuro acordo, poderíamos pensar que a mídia afastaria o tema de uma polêmica na medida em que uma conciliação seria passível. Mas, como seria praticável um acordo, se justamente é o presidente que cinde o consenso? Além disso, as premissas que embasam suas teses, como vimos nas análises anteriores, não são conciliáveis com as proposições do Acordo de Paris. No excerto 21, quando é destacado que o presidente Trump comenta sobre a saída definitiva, caso não houvesse um acordo, podemos perceber como é reforçada essa ideia de incongruência nas falas do presidente. Dessa forma, a mídia constrói uma ideia de que o discurso de Trump se apresenta mais como uma “promessa política” do que uma busca por um consenso em termos práticos ou via compartilhamento de ideias sobre a temática.

Com a polarização, vemos que a divisão não se dá exclusivamente no plano abstrato (das ideias). A divisão também acontece no plano social (mundo concreto) com a formação de grupos de defesa em relação aos posicionamentos assumidos anteriormente como dicotômicos:

Apesar da pressão exercida pelo presidente francês, Emmanuel Macron, e da chanceler alemã, Angela Merkel, a declaração final da cúpula do G7 reconheceu que os Estados Unidos não estão em posição de alcançar um consenso sobre a luta contra a mudança climática. (excerto 22, notícia 1)

Com análise do excerto 22, notamos a separação dos grupos de interesse distintos em relação ao acordo e alguns atores principais. São citados os nomes de Macron e Merkel como representantes da posição do G7 favorável ao Acordo de Paris e afastando a possibilidade dos EUA de participar de um consenso. Assim, é construída discursivamente pela mídia, uma postura de isolamento dos EUA em relação aos demais países do G7.

Vejamos o seguinte exemplo:

Fui eleito para representar os cidadãos de Pittsburgh, não Paris, completou. (excerto 23, notícia 2)

O excerto acima, corresponde a uma citação literal do presidente americano que foi resgatada no texto midiático. Notamos que, na seleção das duas cidades para marcar as posições de grupos de interesses distintos em relação à mudança climática, ele faz uma escolha bem específica. Ao dizer que foi eleito para representar os interesses dos cidadãos de Pittsburgh, a associação que Trump pretende não é simplesmente a de representar os interesses de uma cidade americana. Pittsburgh até meados do século XX foi o maior polo siderúrgico do mundo e era conhecida por “A cidade do aço”. Dessa maneira, quando opta por essa cidade, devemos pensar na representação da defesa dos grandes grupos industriais dos EUA e sua relação com uma matriz energética não renovável. Ao passo que a escolha da cidade de Paris como representação do seu grupo adversário evoca a simbologia da cidade como lugar da cultura, das artes e da diplomacia e especificamente como localização material do Acordo de Paris, ao qual o presidente se opõe. Ao mostrar defender os cidadãos de Pittsburgh, ele não só defende seu grupo como também marca sua posição.

Essa defesa de seu grupo fica mais evidenciada em outros momentos como o que se segue:

Uma decisão necessária, segundo ele, para favorecer as empresas petrolíferas e produtores de carvão dos EUA, e dessa forma garantir mais crescimento econômico e a criação de novos empregos. Depois de tomar posse, Trump anunciou que teria estudado o acordo antes de tomar uma decisão sobre o assunto. (excerto 24, notícia 2)

Quando rejeita o acordo, o presidente Trump o faz marcando notoriamente sua justificava de defesa dos interesses dos americanos. Mas são destacados os produtores de carvão e petróleo, justamente as principais fontes de energia poluidoras que devem ser preteridas segundo as disposições do acordo. Essa rejeição do acordo como consequência de uma defesa dos interesses dos cidadãos dos EUA é assumida por outros atores políticos:

Mitch McConnell, líder republicano no Senado: "Trump reiterou seu compromisso para proteger as famílias de classe média do país e os trabalhadores do setor de carvão de maiores preços da energia e do desemprego". (excerto 25, notícia 3)

Contudo, essa associação direta entre defesa dos interesses dos EUA e rejeição ao acordo é questionada por outras partes. Desse modo, a mídia mobiliza a fala de outros atores para firmar essa posição dissociativa:

Barack Obama, ex-presidente dos Estados Unidos, lamentou a retirada anunciada pelo seu sucessor. "Ainda que este governo tenha se unido a um pequeno grupo de países que ignoram o futuro, confio nos nossos estados, empresas e cidades que darão um passo à frente e farão ainda mais para liderar o caminho", disse. (excerto 26, notícia 3)

Bernie Sanders, senador e ex-candidato presidencial nas eleições de 2016: "Decisão de Trump de retirar os Estados Unidos do Acordo Climático de Paris é uma abdicação da liderança americana e uma desgraça internacional". (excerto 27, notícia 3)

Bill Peduto, prefeito de Pittsburgh: "Como prefeito de Pittsburgh, posso garantir que seguiremos as diretrizes do Acordo de Paris para nosso povo, nossa economia e futuro." (excerto 28, notícia 3)

Inicialmente podemos notar a importância dos estatutos sociais evocados: “ex-presidente”, “senador” e “prefeito”. A mobilização de atores políticos com distinto destaque, indica uma busca dos veículos midiáticos por legitimar as falas antagônicas à Trump.

De modo particular, ao resgatar a fala de Obama, não podemos perder de vista sua condição de antecessor de Trump na cadeira presidencial e sua posição de signatário do Acordo de Paris. O ex-presidente não compartilha da ideia de que aderir ao acordo é contrário ao interesse dos EUA. Ele associa a adesão ou não a esse acordo com uma questão da continuidade do nosso modo de vida em sociedade ao decorrer do tempo. A posição de Obama desloca a justificativa da defesa do acordo para além do ponto de vista econômico e confia que, mesmo diante o posicionamento do governo atual, as empresas e cidadãos poderão tomar medidas adequadas ao país. Destacamos ainda que, o uso do verbo “lamentou” para expressar a reação de Obama à saída, enfatiza a associação da medida com algo negativo: ligado ao sofrimento ou a problemas.

Já no excerto 27, quando é apresentada a fala de Sanders, vemos a sua posição contrária a Trump que deriva desde as primárias de 2016 que levaram Trump à presidência. Dizendo que ao sair do acordo os EUA pratica “abdicação da liderança”, Sanders enfatiza como a decisão pode ser prejudicial aos interesses americanos, justamente o contrário do que o presidente defende em suas considerações.

A mesma direção de ataque ao discurso do presidente pode ser notada na fala do prefeito Bill Peduto. Quando Trump se referiu à cidade de Pittsburgh buscando uma defesa dos EUA, entendia-se que estava defendendo os interesses daquela localidade e a que representava. Mas, como podemos notar a partir do excerto 28, justamente o prefeito da cidade de Pittsburgh

reafirma o seu compromisso com o acordo e a defesa de sua importância para a sociedade de maneira geral e para economia, contrariando Trump.

Essa polarização que acabamos de apresentar sob os pontos de vista em relação ao impacto do acordo nos EUA também é marcada e influenciada pela polarização partidária típica entre Democratas e Republicanos. Levitsky e Ziblatt (2018) comentam sobre a divisão partidária nos EUA e seu posicionamento ideológico:

A separação do eleitorado norte-americano em democratas liberais e republicanos conservadores não é capaz de explicar sozinha a profundidade da hostilidade partidária que surgiu no país. Tampouco ela explica por que essa polarização foi tão assimétrica, empurrando o Partido Republicano mais agudamente para a direita do que empurrou os democratas para a esquerda” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 190)

Como os autores ponderam, a divisão do eleitorado e o posicionamento dos partidos sozinho não explica a polarização, contudo não é uma motivação alheia. A divisão entre democratas e republicanos é um dos sustentáculos da polarização interna dos EUA quanto à questão climática: os democratas majoritariamente apoiando o acordo, como visto no período da administração Obama e nos posicionamentos do senador Bernie Sanders; no outro polo, os republicanos majoritariamente rejeitando o acordo, como visto pela medida de saída do mesmo por parte da administração Trump e de demais republicanos como segue:

A decisão de Trump foi influenciada por uma carta assinada por 22 senadores republicanos, incluindo o líder da bancada Mitch McConnell, que defendia a retirada dos EUA do tratado. (excerto 29, notícia 2)

Para além da contraposição diplomática sobre o acordo e a própria polarização interna, notamos nos textos marcas de possíveis impactos de retirada dos EUA do acordo na posição dos demais países:

A preocupação em nível global com a saída dos Estados Unidos é o efeito de emulação: outros países poderiam ser influenciados a reduzir ou atenuar seus compromissos internacionais sobre a questão climática ou até abandonar completamente o acordo. (excerto 30, notícia 2)

Com a análise do excerto acima, podemos perceber a dimensão social da *polarização* e sua relação com o jogo de influências entre os países. Os grupos de interesses constituintes da polarização não são estáticos, eles se modificam a partir das posições a serem tomadas pelos

países. O polo contrário ao Acordo de Paris não é criado no momento da retirada dos EUA do acordo por Trump. A retirada oficial da assinatura que ocorreu em 01 de junho de 2017 é o acontecimento político explícito que marca a ruptura, mas a polarização já vinha sendo construída desde a campanha presidencial americana em 2016. Desse modo, a ruptura, que representou o ponto mais radical da *polarização* sobre a discussão relativa à mudança climática naquele momento, é colocada como um possível ponto de inflexão na posição dos outros países devido ao poder de influência dos EUA. Vemos isso na ação de outros governos em comentar a decisão americana:

Itamaraty e Ministério do Meio Ambiente do Brasil: "Preocupa-nos o impacto negativo de tal decisão no diálogo e cooperação multilaterais para o enfrentamento de desafios globais", disse a nota dos dois órgãos. O governo disse, ainda, que segue comprometido com o esforço global de combate à mudança do clima e com a implementação do Acordo de Paris. "O combate à mudança do clima é processo irreversível, inadiável e compatível com o crescimento econômico." (excerto 31, notícia 3)

Aqui é destacado o posicionamento do governo brasileiro em relação à retirada da assinatura. No caso, há uma postura de reafirmação do compromisso com o acordo e alinhamento à cooperação multilateral favorável ao combate às mudanças climáticas. O Brasil se posiciona no polo composto por China, Alemanha e França, opondo-se ao polo representado pelos EUA. Destaca-se que o fato de o Brasil não caminhar para um polo pró EUA não quer dizer que a posição americana não influencie o governo brasileiro. O ato de reafirmar posição contrária é uma forma de (re)posicionamento mais intensa ao grupo defensor do acordo, pois mesmo diante da decisão de um "gigante diplomático" como os EUA, o Brasil decide permanecer no polo oposto.

Abordada a *polarização*, passamos à *desqualificação ao adversário*. Consideremos os excertos a seguir:

Durante sua campanha eleitoral, Trump criticou duramente o Acordo de Paris e questionou a mudança climática, um fenômeno que chegou a qualificar de "invenção" dos chineses (excerto 32, notícia 1).

Antes de ser eleito, Trump descreveu em várias ocasiões o aquecimento global como uma enganação criada pela China para prejudicar as empresas americanas, e anunciou que iria "cancelar" o Acordo de Paris nos primeiros 100 dias após sua posse. (excerto 33, notícia 2).

A forma de *desqualificação ao adversário* atribuída a Trump nesse caso foi o descrédito ao grupo que o contradiz. A China está na linha de frente de defesa do acordo. Considerando que a economia chinesa é uma das maiores do mundo na contemporaneidade, rivalizando com os EUA, escolher atacar este país encontra base no discurso do presidente americano que qualifica o acordo como prejudicial à economia de seu país. Seria possível justificar a posição contrária da China, visto que é de seu interesse apoiar um acordo danoso ao seu rival econômico (os EUA). Dessa forma, dizer que o acordo é uma “invenção” ou uma “enganação” legitimaria sua posição e atacaria seus opositores. Ao dizer que a mudança climática é uma invenção, associa-se o fenômeno a algo que não condiz com a realidade, então, não deve ser levado em consideração. E, ao dizer que é uma enganação, reforça o caráter moral ligado à sua posição de retirada. Se o governo chinês pratica uma enganação, ou seja, algo reprovável, Trump, que se posiciona no polo oposto aos chineses, seria o representante da verdade, do certo e relativo ao bem comum.

A busca do polo favorável ao Acordo de Paris por desqualificar seus adversários também é evidenciada pela mídia:

Jeffrey D. Sachs, diretor do Centro para Desenvolvimento Sustentável de Columbia: "América por último. Um momento miserável e histórico. Ouvir Trump é estar ouvindo um fluxo interminável de mentiras e besteiras."
(excerto 34, notícia 3)

Greenpeace: "Ao se retirar do Acordo de Paris, Trump transforma EUA de líder do clima a um incessável matador do clima."
(excerto 35, notícia 3)

No excerto 34, vemos que assim como o presidente americano desacreditou seus adversários, o contrário também aconteceu. O ataque a Trump no sentido pessoal o associando à mentira e à estupidez visa provocar uma deslegitimação de suas ações incluindo a de se retirar do acordo. No excerto 35, o descrédito é intensificado. Dizer que os EUA passam a ser um “matador do clima” evoca uma ideia de uma ação vil, extremamente reprovável, uma vez que associa o país a um assassino do clima. E, aqui, Trump é responsabilizado como o agente da matança, pois é o presidente que altera o posicionamento do país de “líder do clima” para um “matador do clima”. Ele é destacado como o artífice da maldade.

Destacamos, ainda, que possivelmente a razão do descrédito ser mais intenso nos excertos 34 e 35 é devido a esses representarem falas de organizações ambientais, especificamente o Greenpeace e o Centro para Desenvolvimento Sustentável de Columbia.

Essas organizações ambientais, para além dos governos, representam grupos de interesse fortemente vinculados à defesa do Acordo de Paris. E sua posição como uma organização privada e não a posição de um governo (que tende a ser mais arrazoada) possibilita uma liberdade de crítica mais intensa.

Abaixo, se baseando em Amossy (2017a), construímos um quadro que explicita como a polêmica foi estruturada pelo *GI*.

Quadro 5 – Estrutura actancial da polêmica pelo *GI*

Atores	Posição defendida	Descrédito ao outro
Proponentes: EUA; Trump; Paul Ryan; Mitch McConnell	Adoção de leis ambientais gera um prejuízo econômico	Tema é uma invenção dos chineses.
Oponentes: Macron, MerKel, G7, Obama, Itamaraty e MMA, Thereza May, Hillary Clinton, Bernie Sanders, Andrew Cuomo, Bill de Blasio, Bill Peduto, Al Gore, Greenpeace, Jeffrey D. Sachs, Elon Musk, Scott Kelly	Não há uma associação negativa entre preservação ambiental e ganho econômico	Trump é mentiroso; Trump é um matador do clima.

Fonte: Dados da pesquisa

Isto posto, nas notícias do *GI*, pressupõe-se que o leitor ideal já tenha conhecimento prévio sobre tema. Ao inserir as notícias na seção “Natureza” (como evidenciamos anteriormente), a inferência feita é que alguém que leia essa seção possivelmente tenha domínio sobre a temática das mudanças climáticas, no mínimo sobre o Acordo de Paris. Assim, o *GI* explora os aspectos da polarização e do descrédito ao outro. O fato de se citarem inúmeros nomes e/ou organizações envolvidas na polêmica corrobora essa pressuposição. Além disso, há a presença de descrédito direcionado aos dois grupos.

Entendemos que esse enfoque na polarização e descrédito ao outro em detrimento da dicotomização foi uma estratégia de captação utilizada pelo *portal GI*. Essa mídia insere o jornalista que escreveu as notícias numa posição distante em relação à polêmica: nenhuma das notícias tem autoria explícita, todas são assinadas pela redação. O jornalista encena a notícia a partir das diversas vozes que são encaixadas no texto. Ao fazer isso, ou seja, falar a partir da voz de outros, as possíveis críticas em relação ao posicionamento sobre o acontecimento não recaem diretamente na figura do jornalista, mas sim nas pessoas que enunciaram aquela posição. Desse modo, o jornalista não assume um papel de polemista.

3.3.2 A polêmica pela Veja

Começemos explorando o consenso:

O esquema foi negociado em 2015 durante a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) e passou a valer em novembro de 2016. A convenção e as discussões sobre o tema foram estimuladas pelo consenso geral da comunidade científica mundial de que o aumento das temperaturas globais nas últimas décadas foi causado por atividade humana. (excerto 36, notícia 5)

No excerto acima, é destacado que há um consenso sobre as causas da mudança climática serem de responsabilidade humana. O ponto a ser considerado é que esse consenso está estabelecido na comunidade científica. Por isso, o dissenso que nos é apresentado não se relaciona à seara da academia. O dissenso encenado se dá no mundo da política, por isso, a recorrência e o destaque de fala de atores políticos para tensionar as disputas sobre o tema. Vejamos:

De forma geral, o republicano é bem cético em relação a pactos e organizações internacionais, por isso sempre tende a desacreditar de suas políticas e dizer que os Estados Unidos não se beneficiam diretamente dos seus resultados. Em especial, acredita que os gastos com o Acordo de Paris propostos pela antiga administração são absurdos e podem levar a uma redução no crescimento econômico sem nenhum benefício aparente. (excerto 37, notícia 5)

A partir do excerto 37, notamos o destaque para o fato de o presidente americano desacreditar os pactos e as organizações internacionais. Assim, se o Acordo de Paris é um pacto mundial para conter a mudança climática, ele estaria sendo desacreditado por Trump. Além disso, o acordo é fruto das discussões periódicas da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, ou seja, é resultado de tratados promovidos pela Organização das Nações Unidas, a principal organização internacional contemporânea. A relação é a seguinte: se Trump é cético a pactos e organizações internacionais, por consequência ele é cético ao Acordo de Paris.

Além disso, quando Trump enfatiza que os resultados do acordo podem ser negativos à economia dos EUA, ele expõe sua posição sobre questão climática. Associar a limitação da liberação de gases de efeito estufa a prejuízos econômicos evidencia sua visão de que optar por fontes de energia não-renováveis e diminuir a emissão de gases poluentes é o mesmo que perder dinheiro. No polo oposto, os países defensores do Acordo de Paris argumentam que, mesmo

que exista um custo para promover a transição para uma energia mais limpa e tecnologias menos poluentes, esse custo é menor do que os impactos da mudança climática como diminuição de chuvas em áreas agricultáveis, perda de áreas habitáveis e comerciais no litoral pelo avanço do nível do mar, impactos do aumento da temperatura a nível mundial, entre outros. O raciocínio é que os custos para compensar esses impactos seria menor que os custos para remediar à mudança climática:

Presidente americano disse que pretende negociar a reentrada no pacto, mas em termos diferentes, que sejam "justos" para os Estados Unidos (excerto 38, notícia 4)

Durante a cúpula do G7, no sábado, o presidente americano já havia se recusado a endossar o acordo climático, armando que precisava de mais tempo para pensar. (excerto 39, notícia 4)

Novamente notamos que é destacada a fala de Trump no sentido de tentar uma renegociação do pacto. A questão a se destacar é que o acordo já foi negociado e assinado, movimentos que aconteceram no ano de 2015, período no qual Obama era o presidente. Por enquanto não é possível rever o acordo, mas a declaração de Trump que ele poderia renegociar o acordo não é ingênua, ela é acompanhada da afirmação de que o acordo não é justo. Ao classificar os termos do acordo como injustos, ele cria uma justificativa para sua retirada da assinatura. Dito isso, entendemos que esse movimento não cumpre a função de buscar superar a dicotomia sobre a temática. É, na verdade, uma forma de descredibilizar o acordo.

Quanto à polarização constituída em função da persistência da dicotomização temos:

Além dos Estados Unidos, apenas a Síria e Nicarágua não participam do Acordo do Clima de Paris, mas a saída americana do pacto pode fazer com que outros países altamente poluidores – como China e Rússia – revejam suas posições sobre a redução da emissão de gases. (excerto 40, notícia 4)

O anúncio feito pelo presidente americano Donald Trump sobre a saída dos Estados Unidos do Acordo do Clima de Paris, nesta quinta-feira, faz do país uma nação isolada em questões climáticas. (excerto 41, notícia 6)

Começamos destacando que a polarização engendrada pelo posicionamento de retirada dos EUA do acordo assume uma guinada radical e quase solitária. A Nicarágua que inicialmente se negou a aderir, decidiu por integrar o acordo no final do ano de 2017. Já a Síria, que sustenta uma Guerra Civil desde 2011, sequer participou das negociações do Acordo de Paris. Nessa

medida, os EUA constituem não só a liderança do polo contrário ao acordo, como o único país com poder de influência para defender os interesses de seu polo.

Após mensurada a construção midiática de um isolamento dos EUA, os excertos seguintes irão abordar a polarização sobre o acordo. Mas, diferentemente da sessão anterior, em que a polarização focava nos países e nos atores políticos, aqui o foco é na classificação dos países a partir do seu nível de desenvolvimento. Especificamente a polarização entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos. Sobre essa divisão: “Os conflitos de interesse entre os países desenvolvidos, emergentes e pobres é um dos fatores determinantes na dinâmica das negociações” (VIOLA, 2002, p. 30). Vejamos nos excertos:

A decisão promete gerar uma grande repercussão internacional e pode impactar diretamente as políticas de redução de emissão de gases de países em desenvolvimento. (excerto 42, notícia 5)

Considerado a importância diplomática dos EUA na posição de potência mundial, era antevista uma repercussão internacional para o tema. Por outro lado, como as posições dos países em desenvolvimento poderiam ser afetadas?

O trato também demanda que os países desenvolvidos, cujas economias historicamente contribuíram para as emissões, ajudem a financiar a transição dos países em desenvolvimento para formas de energia mais limpas. O plano é arrecadar 100 bilhões de dólares por ano com doações públicas e privadas. (excerto 43, notícia 5)

A influência sobre os países em desenvolvimento se daria pela perspectiva econômica. Com a decisão dos EUA de sair do trato (acordo), sendo o país um dos maiores financiadores do fundo de 100 bilhões de dólares, o estímulo financeiro prático para as economias em desenvolvimento aderirem ao acordo poderia ser diminuído. Contudo, a saída dos EUA não acabaria com todas as possibilidades de financiamento ou com as condições de outros países assumirem esses compromissos:

Ainda assim, já existem rumores de que a China e a União Europeia estão dispostas a se comprometer publicamente com o tratado mesmo sem os Estados Unidos. (excerto 44, notícia 5)

O movimento esperado, como explicitado no excerto 44, é que outros países assumissem a posição de liderança anteriormente vinculada aos EUA. Com o movimento de saída, China e

União Europeia assumiriam o papel de centralidade no acordo. Ao fazer um histórico da liderança dos acordos sobre mudança climática Viola destaca:

O regime de mudança climática foi liderado pelos Estados Unidos e pela União Européia entre 1989 e 1991; pela União Européia entre 1991 e 1995; pelos Estados Unidos, União Européia e Japão entre 1995 e 1997; e, desde 1998, apenas pela União Européia. (VIOLA, 2002, p. 31)

Temos que os EUA já participaram ativamente nas décadas de 1980 e 1990 da liderança do regime de mudança climática. E sua decisão de sair do Acordo de Paris, que na atualidade representa o cerne do regime de mudança climática, expressa a renúncia de uma posição destacada nas discussões sobre a temática. Em vista disso, emerge na liderança para além da União Europeia: a China que é um dos principais rivais dos EUA pela hegemonia política e econômica:

Contudo, defensores do acordo acreditam que a saída dos Estados Unidos prejudicará seu relacionamento com aliados próximos, que podem acabar cedendo eventualmente à influência econômica da China. (excerto 45, notícia 5)

Segundo Suzana Kahn, presidente do comitê científico do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC), a decisão pode levar as quase 200 nações que assinaram o Acordo a se unir e ganhar uma força considerável para combater as emissões de carbono. China e União Europeia poderão despontar como importantes lideranças políticas no tema. (excerto 46, notícia 6)

. Os excertos 45 e 46 corroboram a ideia de que a saída dos EUA prejudicará não somente o enfrentamento à mudança climática. A mídia se posiciona em relação a essa ideia quando declara “prejudicará seu relacionamento com aliados próximos” *vide* excerto 45, e quando evoca a voz da cientista “Segundo Suzana Kahn” para confirmar sua posição, no excerto 46. Desta maneira, a posição dos EUA poderia beneficiar politicamente a China e a União Europeia na liderança das discussões ambientais. Em outros momentos, o Brasil já assumiu um papel importante nessas discussões. Lembremos que a RIO 92, um dos principais eventos de discussões sobre o meio ambiente, foi sediado na cidade do Rio de Janeiro e conforme Viola (2002), a comissão brasileira participou ativamente das deliberações. Em 2012, aconteceu a Rio+20, novamente com o Brasil como anfitrião para discutir os acordos sobre mudança climática. Sobre a situação atual do Brasil construída pela mídia temos:

O Brasil não é uma das regiões que tem necessidade dos recursos do fundo, contudo, por termos uma ampla costa litorânea e grandes cidades de urbanização caótica, o país é bastante sensível a pequenas mudanças nas temperaturas. Se elas não forem contidas, o impacto para os brasileiros deve ser sentido nos próximos anos. (excerto 47, notícia 6)

No excerto acima, é destacado que o Brasil não tem dependência financeira de outros países para implementar suas medidas de mitigação às mudanças climáticas e pondera-se que o país será impactado devido às suas características territoriais. Assim, a partir de uma perspectiva midiática, percebe-se que o Brasil não é inserido em uma polarização. O que poderia ter mudado para acarretar nossa perda de protagonismo?

Nas democracias existe uma forte disputa interna de interesses e de valores, o que faz com que a posição de um país num momento específico da negociação resulte de uma coalizão que oscila de acordo com a definição da política do país no cenário internacional. (VIOLA, 2002, p. 30)

Compreendemos que o momento político, conforme propõe Viola (2002) influenciou a posição do Brasil nas negociações daquele período. O Acordo de Paris foi negociado no ano de 2015, nesse mesmo ano desenvolvia-se no Brasil o processo de impeachment¹⁸ da presidenta Dilma Rousseff. Considerando o impeachment como um processo político muito crítico e turbulento, as atenções da classe política naquele momento poderiam ser consideradas quase exclusivas ao desenrolar do processo. Dito isso, ponderamos que a crise política interna que o Brasil enfrentava pode ter motivado sua tímida participação nas discussões do acordo.

O quadro abaixo, considerando a estruturação de Amossy (2017a), exemplifica a organização da polêmica pela *Veja*.

Quadro 6 – Estrutura actancial da polêmica pela *Veja*

Atores	Posição defendida	Descrédito ao outro
Proponentes: EUA; Trump;	Limitação da liberação de gases de efeito estufa gera prejuízos econômicos,	Descrédito organizações Mundiais
Oponentes: G7; Rússia;	Mudança climática é de responsabilidade humana.	Trump é cético

¹⁸ O processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff foi apresentado em fevereiro de 2015 e aceito em dezembro do mesmo ano. Em 2016 o processo foi aprovado na Câmara e consumado o afastamento da presidenta pelo Senado. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma>. Acesso em: 09 mar. 2020.

China.		
--------	--	--

Fonte: Dados da pesquisa

Destarte, nas notícias da *Veja* a polarização é atenuada, destacando que a posição dos EUA pode gerar mudanças nas posições do outro grupo. O descrédito ao outro é apresentado de forma branda, sem ataques pessoais pejorativos. Já a dicotomização é mobilizada como forma de apresentar os diferentes pontos de vista sobre o acontecimento.

A expectativa é que o leitor não necessariamente tenha um profundo conhecimento sobre a temática, então ela é explicada. O interesse do leitor estaria direcionado ao acontecimento da política mundial e não necessariamente à discussão geopolítica específica sobre o Acordo de Paris que é mais restrita. Os poucos atores citados e o foco na exposição de como esse tema se apresenta com um assunto de relevância no debate, pode instar o leitor a saber sobre o tema e busca captá-lo pela centralidade de Trump enquanto participante da polêmica.

3.3.3 A polêmica pelo El País Brasil

Os excertos 49, 50 e 51 representam a proposição predominante que embasa o Acordo de Paris. A relação estabelecida é a que a elevação da temperatura é decorrente do aumento da emissão de gases de efeito estufa na atmosfera. Considerando isso, para conter o aquecimento global seria necessário diminuir a emissão de gases de efeito estufa. Na medida em que impõe limites para a emissão dos gases poluentes, o Acordo de Paris é a solução para o aumento da temperatura. Resumindo: se a causa para o aquecimento é de responsabilidade humana, a saída para o aquecimento teria de ser uma resposta política.

Do ponto de vista político, o Acordo de Paris dissipa as dúvidas sobre a relação entre o aumento da temperatura e o incremento da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera. (excerto 48, notícia 8)

Frente ao aumento das temperaturas, ao degelo dos polos, ao aumento do nível do mar e aos fenômenos extremos, o pacto propõe conter o aquecimento global limitando as emissões de carbono (excerto 49, notícia)

A Terra irá sofrer maiores níveis de aquecimento, as temperaturas médias subirão, vai acelerar o derretimento nos polos e crescerá o nível do mar. (excerto 50, notícia 9)

Na outra extremidade, há o ponto de vista que sustenta as críticas ao acordo. Nessa perspectiva, a causa humana das mudanças climáticas é colocada em dúvida. E o raciocínio realizado a partir daí é que, se as causas da mudança climática forem da ordem do natural, não haveria relações entre o aumento da temperatura e a emissão de gases de efeito estufa. Se essa relação não existe, não seria necessário mudar a matriz energética. Por isso, o destaque, como podemos ver a seguir, da negação do acordo como algo positivo à indústria do carvão:

O republicano, que nunca se mostrou convencido de que as mudanças climáticas são obra humana, deu carta branca à indústria do carvão. (excerto 51, notícia 7)

O presidente duvida que o problema tenha sido provocado pelo homem e considera que se trata de um pacto que vai contra os interesses norte-americanos. (excerto 52, notícia 7)

Mesmo diante dessas posições distintas, Trump promete renegociar o pacto. Vejamos:

Em seu discurso de quinta-feira, no qual anunciou a saída do país do Acordo de Paris, Trump argumentou que sua intenção é renegociar o pacto. A secretaria da convenção marco das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, que dirige as negociações sobre o clima, se mostrou disposta a sentar-se para conversar com os EUA. Mas lembrou que o acordo “não pode ser renegociado”, entre outras coisas porque foi assinado por 194 países e quase 150 já o ratificaram. (excerto 53, notícia 8)

Porém, no excerto 53 é destacada a posição da secretaria das Nações Unidas de que o pacto “não pode ser renegociado”. Levando em conta essa construção midiática, Trump não tem intenção de superar a dicotomia sobre o tema, há a perspectiva de superar inicialmente a polarização via a renegociação do acordo. Mas, se como já apresentamos, não é possível uma renegociação, a referência à fala de Trump em renegociar o acordo pode ser lida como uma estratégia do presidente de atenuação da sua decisão. Nessa situação, a *polarização* persiste.

A partir do excerto 54, poderíamos novamente pensar que, se Trump saísse de cena, a polêmica sobre a mudança climática poderia acabar:

A esperança entre as nações que o continuam apoiando e entre os ativistas é que, quando Trump sair da Casa Branca, os EUA voltem a envolver-se na luta contra as mudanças climáticas. (excerto 54, notícia 9)

Considerando a estrutura do discurso polêmico, segundo Amossy (2017a) como fizemos até agora, a simples saída do presidente americano não seria determinante para o fim da

polêmica. Segundo a autora, o primeiro movimento para a construção da polêmica é a dicotomização. Mesmo sem a figura de Trump, a dicotomização persistiria nos demais grupos e atores políticos, no ramo empresarial e em menor número entre os cientistas. Ressaltamos que a dicotomização explicitada nos vários pontos de vista sobre um tema ou a polarização, que é a representação dos diferentes polos de embate representantes desses pontos de vista, não é julgada quantitativamente. Uma polêmica não é melhor ou mais intensa devido ao número de visões e grupos envolvidos no embate. No quadro a seguir, podemos observar a estrutura da polêmica pelo *EL Pais Brasil*:

Quadro 7 – Estrutura actancial da polêmica pelo El País Brasil

Atores	Posição defendida	Descrédito ao outro
Proponentes: EUA; Trump	Causa humana das mudanças climáticas é colocada em dúvida.	
Oponentes: Obama, EU, China. Mundo e ONU	Elevação da temperatura é decorrente do aumento da emissão de gases de efeito estufa na atmosfera	Trump é isolacionista e radical

Fonte: Dados da pesquisa

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente dissertação, analisamos notícias sobre o acontecimento “a saída dos EUA do Acordo de Paris” retiradas dos *sites* *GI*, *El País Brasil* e *Veja online*. Procuramos, durante esta dissertação, compreender a polêmica sobre a mudança climática.

Com uma leitura inicial do texto, poderíamos nos convencer de que haveria um consenso sobre a temática. Mas a partir de uma análise pormenorizada, limitamos esse consenso à área da academia: conforme Cook *et al* (2013) cerca de 97% dos cientistas concordam com a afirmação de que as mudanças climáticas são de causa antropogênica. Porém, Leiserowitz *et al* (2012) apontam a persistência de uma percepção pública de que é travada uma disputa na comunidade científica sobre o tema.

Desse modo, para além da ciência, há um dissenso sobre o tema que é explorado pela mídia para encenar uma polêmica sobre a mudança climática. Pois, considerando a relevância dos atores envolvidos e do teor da discussão, os discursos produzidos sobre os discursos em relação ao Acordo de Paris reverberam nas diversas escalas das relações sociais modificando as posturas e ações perante o tema. Destacamos que essas discussões chegam até as pessoas comuns e conformam a opinião pública principalmente pela mídia, daí a importância do estudo sobre o discurso midiático sobre a mudança climática.

Assumindo o destaque da mídia na produção dos discursos sobre a mudança climática e nos baseando em Anderson (2009), constatamos que as notícias sobre a saída dos EUA do Acordo de Paris podem ser consideradas como mais um dos ciclos de atenção ao assunto (*issue attention cycle*) empreendidos pela mídia. A escolha e análise de um *corpus* oriundo de *sites* brasileiros teve a finalidade de mostrar como esses ciclos impactam a construção da mídia virtual de maneira geral. Mesmo que o Brasil não tenha figurado como um dos protagonistas no acontecimento analisado, nosso país, conforme pondera Viola (2002), é um dos protagonistas na temática da mudança climática. Por isso, era esperado que o assunto repercutisse na mídia nacional.

No que se refere à encenação argumentativa empreendida nas notícias, predominantemente o jornalista se posiciona diante as propostas elencadas no texto, destacando que houve distintos graus de implicação. Nas notícias 1 e 3, classificadas enquanto um acontecimento relatado, a implicação foi mínima ou inexistente. As notícias 2, 4 e 5 foram classificadas enquanto acontecimento relatado e comentado. Nesse caso, a implicação alcançou um nível mediano. Já as notícias 6, 7, 8 e 9 foram classificadas como um acontecimento

comentado, atingindo um nível máximo de implicação. Para desenvolver a persuasão em relação às propostas, os *procedimentos semânticos* utilizados concerniram ao *domínio do ético* e ao *domínio do pragmático*. Os *procedimentos discursivos* mais proeminentes foram a *definição*, a *comparação* e a *descrição narrativa*.

Amparando-nos em Amossy (2017a), compreendemos que a polêmica é incitada por um acontecimento. No caso que analisamos, o acontecimento é a saída dos EUA do Acordo de Paris e o agente desse acontecimento é o presidente Trump. Sendo assim, a polêmica sobre a mudança climática, ou seja, o debate em torno desse tema não é causado pelo acontecimento saída dos EUA do Acordo de Paris evidenciado pela ação de Trump. Essa polêmica é muito mais antiga que as discussões do Acordo de Paris, mas escolhemos esse momento para análise devido a sua atualidade e importância para o debate sobre a temática. Efetivamente o acordo é um momento dessa polêmica. Se escolhêssemos, por exemplo, o período da discussão sobre o Protocolo de Kioto¹⁹, estaríamos analisando a polêmica sobre a mudança climática num outro momento.

Procedendo à análise da polêmica segundo Amossy (2017a, 2017b) e considerando os três movimentos que a autora define como característicos da polêmica, podemos pensar em algumas conclusões. Essas serão apresentadas a seguir.

A partir do *dissenso* tocante à mudança climática (no mundo da política), primeiro é apresentada uma dicotomia em relação ao tema. Num polo estariam os favoráveis à responsabilização humana pela mudança climática e no outro polo estariam os que duvidam ou questionam a responsabilidade humana na mudança do clima terrestre. Além disso, a ideia de que o enfrentamento à mudança climática demanda um custo econômico justificável (primeiro polo) ou a de que esses custos não são justificáveis (segundo polo) acentua a *dicotomização*.

A *polarização* é o aspecto da polêmica mais explorado no *corpus*. A posição dos atores políticos como Trump, Obama e Macron é encenada juntamente ao embate estabelecido entre os governos de países como EUA, China, Alemanha e França. Além disso, são destacadas segmentações particulares do meio social como: ambientalistas *vs* poluidores, países em desenvolvimento *vs* países desenvolvidos e republicanos *vs* democratas. Dessa forma, cria-se a possibilidade de gerar maior identificação do leitor em relação ao tema e com isso gerar maior interesse pelas notícias.

¹⁹ Criado em 1997, o Protocolo de Kioto foi um tratado que versava sobre a responsabilidade dos países desenvolvidos em reduzir suas emissões de gases de efeito estufa.

A desqualificação ao adversário também foi observada na polêmica sobre a mudança climática. Trump, um dos atores principais envolvidos na encenação da polêmica, é reconhecido por atacar seus adversários. Porém, mesmo que essa atitude provocativa por parte do presidente seja explorada pela mídia, ela é menos destacada em relação à polarização. Uma hipótese para essa condição é o fato de a mudança climática não ser um tema tão sensível socialmente como as típicas polêmicas sobre religião, sexualidade, direitos humanos entre outros.

Considerando isso, as notícias sobre a saída dos EUA do Acordo de Paris encenam a polarização representada no jogo de influência entre atores políticos e países na discussão sobre a mudança climática. A finalidade da mídia de informar, nesse caso particular, sobre o acontecimento da saída, suas motivações e a relação com as ideias da mudança climática são apequenadas. A mídia escolhe por seduzir seu público com mais um embate diplomático internacional. Nesse cenário, o tema da mudança climática perde importância, o importante é a encenação produzida em torno de uma disputa política. O tema poderia ser outro.

Dito isso, concordamos que uma articulação entre a polêmica e a análise argumentativa se mostra muito frutífera na medida em que valoriza o dissenso social. Mas alertamos que, se explorada somente na sua dimensão banalizada, como defendemos que a mídia o fez na polêmica sobre a mudança climática, ela perde sua função de permitir a existência do diferente e promover a mudança nas mentalidades via o debate. Nesse caso, a polêmica seria explorada, quando não fora produzida, em torno de um tema com a finalidade de entreter, de seduzir, de forma a banalizar o debate.

Amossy (2017b) destaca a importância da polêmica que em suas palavras:

O que ocorre é que a polêmica enseja uma confrontação pública em que cada um dos dois campos pode expressar sua dissensão com base em valores comuns, que saem fortalecidos mesmo quando são diversamente interpretados: a democracia, a necessidade de uma crítica política racional, a regra de justiça, a condenação das atitudes de ódio. Ela permite aos dois campos opor-se como adversários que se reconhecem mutuamente o direito à livre expressão e à tentativa de conquistar a adesão do Terceiro, e não como inimigos que combatem com violência física. (AMOSSY, 2017b, p. 242)

Concordamos com o exposto que, ao defender a polêmica, conseguimos compreender e permitir que campos adversários se reconheçam enquanto diferentes e não inimigos, um critério fundamental para o convívio social. Mas ponderamos o seguinte: seria possível que a deliberação pública fosse baseada na polêmica? E, além disso, uma defesa à polêmica caberia

em outro regime que não tivesse um viés democrático? Com toda certeza, não poderíamos responder a essas perguntas com a proposta de trabalho que seguimos até aqui. O motivo das indagações é para não nos distanciarmos de localizar a polêmica do mundo político.

Poderíamos dizer que Ruth Amossy, apoiando-se em Chantal Mouffe, tem uma visão progressista sobre a polêmica, talvez alicerçada na proposição dialética de que o conflito tem a potencialidade de produzir a novidade. Defendemos que, ao fazer uma apologia à polêmica, Amossy (2017a) acaba negligenciando as potencialidades do consenso e projetando uma visão otimista sobre a polêmica.

Por fim, considerando nossa análise, defendemos a necessidade de que os diferentes pontos de vista e as diferentes posições em relação à mudança climática serem externalizadas e desenvolvidas no ambiente público. E, em consonância, é desejável que, mesmo diante uma polêmica sobre as mudanças climáticas, possamos chegar a um consenso sobre a temática, como foi estabelecido com o Acordo de Paris.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDI (2010). **Mudanças Climáticas na Imprensa Brasileira**: uma análise de 50 jornais no período de julho de 2005 a junho de 2007. Disponível em: http://midiaeamazonia.andi.org.br/sites/default/files/mudanca_climatica_na_imprensa_brasileira_2005_2008.pdf. Acesso em: 12 ago. 2019.

ANDI (2017). **Cobertura midiática sobre energia e mudanças climáticas**. Disponível em: <https://www.andi.org.br/publicacao/cobertura-midiatica-sobre-energia-e-mudancas-climaticas>. Acesso em: 12 ago. 2019.

AMOSSY, R. **Apologia da polêmica**. São Paulo: Contexto, 2017a.

AMOSSY, R. Por uma análise discursiva e argumentativa da polêmica. Trad. Angela Maria da Silva Corrêa. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 13, p. 227-244, jan/jun.2017b.

ANDERSON, A. Media, Politics and Climate Change: Towards a New Research Agenda. **Sociology Compass**, 2009, p. 166- 182.

AYOADE, J.O. **Introdução à climatologia para os trópicos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRUSEKE, F. J. O Problema do desenvolvimento sustentável. In CAVALCANTI, C (org.) **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife – PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H. et al. **Análise do Discurso**: fundamentos e práticas. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001, p.23-37.

CHARAUDEAU, P. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In Ida Lucia Machado e Renato de Mello. **Gêneros e reflexões em análise do discurso**. Belo Horizonte, Nad/Fale-UFMG, 2004, p. 13-41.

CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (org.). **Da língua ao discurso**: reflexões para o ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso**: modos de organização. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2015.

COLLISCHONN, E; FIALHO, E.S. Problematizando a inscrição sociocultural do pensamento “politicamente correto” em tempos de mudanças climáticas. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 33, p. 191-214, 2007. Disponível em: <http://agb-portoalegre.webnode.com.br/bgg-33/>. Acesso em: 14 nov. 2019.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: nosso futuro comum. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

CONTI, J. B. Considerações sobre as Mudanças Climáticas Globais. **Revista do Departamento de Geografia (USP)**, v. 16, p. 70-75, 2005.

COOK, J. et al. Quantifying the consensus on anthropogenic global warming in the scientific literature. *Environmental Research Letters*, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1088/1748-9326/8/2/024024>. Acesso em: 24 fev. 2020.

ERBER, S. F. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. **Revista de Economia Política**. São Paulo, 2011, v.31 n.1, p. 31-55.

ESPARTA, A. R. J; MOREIRA, J. R. **Principais Conclusões do Terceiro Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima**. Global Conference IUAPPA/ABEPPOLAR: Construindo o Mundo Sustentável, São Paulo, 23 a 25 de outubro de 2002. Disponível em: <http://antigo.centroclima.coppe.ufrj.br/new2/ccpdf/IPCC%20Conclusoes.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2019.

FIOVARANTI, C. O tempo e o vento: o papel da mídia na formulação da agenda política sobre mudanças climáticas. **Biologia e Mudanças Climáticas**. 1ed. São Paulo: Rima, 2008, v. 1, p. 259-274.

GIDDENS, A. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

LEISEROWITZ, A. et al. Climate change in the American mind: Americans' global warming beliefs and attitudes in September, 2012. Yale University and George Mason University. New Haven, CT: Yale Project on Climate Change Communication. Disponível em: <http://environment.yale.edu/climate/files/Climate-Beliefs-September-2012.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2020.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. (2018). **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar.

MOUFFE, C. Por um modelo agonístico da democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.25, p.11-23, nov. 2005.

OLIVEIRA, L. D. de. A geopolítica do desenvolvimento sustentável na CNUMAD – 1992 (Eco-92): entre o global e o local, a tensão e a celebração. **Revista de Geopolítica**. Ponta Grossa, 2011, v. 2, n. 1, p. 43-56.

REI, F. C. F.; GONÇALVES, A. F.; SOUZA, L. P. de. Acordo De Paris: reflexões e desafios para o regime internacional de mudanças climáticas. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 14, n. 29, p. 81-99, maio/ago. 2017.

RODAS, C, de A.; DI GIULIO, G. M. Mídia brasileira e mudanças climáticas: uma análise sobre tendências da cobertura jornalística, abordagens e critérios de noticiabilidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)**, v. 40, p. 101-124, 2017.

SANTOS, M. 1992: A redescoberta da natureza. **Estudos Avançados**. São Paulo, 1992, v. 6, n. 14, p. 95-10.

SOUZA, M. C. O; CORAZZA, R. I. Do Protocolo de Kyoto ao Acordo de Paris: uma análise das mudanças no regime global a partir do estudo da evolução de perfis de emissões de gases de efeito estufa. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. 2017, v. 42, p. 52-80.

VIOLA, E. O regime internacional de mudança climática e o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. 2002, v. 17, n.50, 25- 46.

SORRE, M. Le Climat. **Les Fondements de la Géographie Humaine**. Paris: Armand Colin, 1951, p. 13-43.

APÊNDICE A – Link de referência das notícias que compõem o *corpus*

Notícia	Link
1	< https://g1.globo.com/natureza/noticia/trump-decide-retirar-eua-do-acordo-de-paris-diz-imprensa-americana.ghhtml >
2	< https://g1.globo.com/natureza/noticia/trump-anuncia-saida-dos-eua-do-acordo-de-paris-sobre-mudancas-climaticas.ghhtml >
3	< https://g1.globo.com/natureza/noticia/veja-repercussao-da-saida-dos-eua-do-acordo-de-paris.ghhtml >
4	< https://veja.abril.com.br/mundo/eua-trump-deixara-do-acordo-do-clima-de-paris/ >
5	< https://veja.abril.com.br/mundo/o-que-acontecera-apos-a-saida-dos-eua-do-acordo-de-paris/ >
6	< https://veja.abril.com.br/ciencia/saida-do-acordo-torna-eua-um-pais-isolado-na-questao-climatica/ >
7	< https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/31/internacional/1496235003_930432.html >
8	< https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/31/internacional/1496238308_555328.html >
9	< https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/02/internacional/1496393721_751866.html >

ANEXO A – *Corpus*

Notícia 1

Site: G1

Seção: Natureza:

Título: Trump está decidido a retirar EUA do Acordo de Paris, diz imprensa americana.

Ele já vinha defendendo que leis ambientais afogam o crescimento econômico e são responsáveis pela perda de empregos no país.

Por G1 31/05/2017 09h52

O presidente americano Donald Trump está decidido a retirar os Estados Unidos do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas, segundo a imprensa americana. A informação foi passada por duas fontes anônimas com conhecimento direto da decisão ao site de notícias Axios e foi confirmada por vários veículos, entre eles CNN, CBS, Fox e "The New York Times".

A Casa Branca ainda não confirmou a decisão oficialmente. Depois de a notícia ganhar repercussão na manhã desta quarta-feira (31), Trump publicou, em sua conta no Twitter, que pretende anunciar sua decisão sobre o Acordo de Paris "nos próximos dias".

Durante sua campanha eleitoral, Trump criticou duramente o Acordo de Paris e questionou a mudança climática, um fenômeno que chegou a qualificar de "invenção" dos chineses. Desde que foi eleito, decidiu iniciar um processo para revisar se os Estados Unidos continuariam fazendo parte do pacto.

O acordo busca uma mudança de modelo de desenvolvimento, livre de combustíveis fósseis, e foi assinado por seu predecessor Barack Obama. O pacto determina que seus 195 países signatários ajam para que temperatura média do planeta sofra uma elevação "muito abaixo de 2°C", mas "reunindo esforços para limitar o aumento de temperatura a 1,5°C".

Já Trump acredita que as leis ambientais afogam o crescimento econômico e são responsáveis pela perda de empregos no país. Segundo a Casa Branca, Trump queria escutar os parceiros do G7, o grupo das sete democracias mais industrializadas do mundo, antes de tomar uma decisão a respeito.

Apesar da pressão exercida pelo presidente francês, Emmanuel Macron, e da chanceler alemã, Angela Merkel, a declaração final da cúpula do G7 reconheceu que os Estados Unidos "não estão em posição de alcançar um consenso" sobre a luta contra a mudança climática.

Os membros do G7, com exceção dos EUA, reiteraram nessa declaração o compromisso de implementar "rapidamente" o Acordo de Paris.

Notícia 2

Site: G1

Seção: Natureza

Título: Trump anuncia saída dos EUA do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas

Presidente prometeu negociar um retorno futuro ou fazer um novo acordo mais justo para os americanos. Na campanha eleitoral, ele tinha prometido abandonar consenso da ONU nos primeiros 100 dias de governo.

Por G1 01/06/2017 16h35

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou nesta quinta-feira (1º) a saída de seu país do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas, mas prometeu negociar um retorno ou um novo acordo climático em termos que considere mais justos para os americanos. Ele disse que o atual documento traz desvantagens para os EUA para beneficiar outros países, e prometeu interromper a implementação de tudo que for legalmente possível imediatamente.

"Para cumprir o meu dever solene de proteger os Estados Unidos e os seus cidadãos, os Estados Unidos vão se retirar do acordo climático de Paris, mas iniciam as negociações para voltar a entrar no acordo de Paris ou em uma transação inteiramente nova em termos justos para os Estados Unidos, suas empresas, seus trabalhadores, suas pessoas, seus contribuintes ", disse Trump.

"Estamos saindo, mas vamos começar a negociar e veremos se podemos fazer um acordo justo. Se pudermos, ótimo. Se não pudermos, tudo bem", disse. "Fui eleito para representar os cidadãos de Pittsburgh, não Paris", completou.

"Fui eleito para representar os cidadãos de Pittsburgh, não Paris" Donald Trump

Logo após o anúncio, no entanto, o prefeito de Pittsburgh, Bill Peduto, disse que irá "garantir que seguiremos as diretrizes do Acordo de Paris para nosso povo, nossa economia e futuro."

"Seguiremos as diretrizes do Acordo de Paris para nosso povo, nossa economia e futuro"
Bill Peduto, prefeito de Pittsburgh

Ao iniciar os procedimentos oficiais de retirada, respeitando a forma de saída prevista no acordo, Trump desencadeia um longo processo que não será concluído até novembro de

2020 -- no mesmo mês em que concorrerá à reeleição, garantindo que a questão se torne um grande tema de debate na próxima campanha presidencial.

O acordo, assinado em dezembro de 2015 durante a cúpula da ONU sobre mudanças climáticas, COP 21, prevê que os países devem trabalhar para que o aquecimento fique muito abaixo de 2°C, buscando limitá-lo a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais.

A saída dos EUA, segundo maior produtor mundial de gás de efeito estufa, pode minar o acordo internacional, o primeiro da história em que os 195 países da ONU se comprometem a reduzir suas emissões.

Obama

O ex-presidente Barack Obama, que havia assinado o tratado em 2015, imediatamente reagiu ao anúncio, dizendo que a administração Trump rejeita o futuro com essa retirada.

"Ainda que este governo tenha se unido a um pequeno grupo de países que ignoram o futuro, confio nos nossos estados, empresas e cidades que darão um passo à frente e farão ainda mais para liderar o caminho", disse.

Ao assinar em 2015, Washington tinha se comprometido a reduzir em 28% sua produção de gases de efeito estufa, além de transferir cerca de US\$ 3 bilhões (cerca de R\$ 9,6 bilhões) para países pobres como forma de ajudá-los a lutar contra as mudanças climáticas.

Medida anunciada

Antes de ser eleito, Trump descreveu em várias ocasiões o aquecimento global como uma enganação criada pela China para prejudicar as empresas americanas, e anunciou que iria "cancelar" o Acordo de Paris nos primeiros 100 dias após sua posse.

Uma decisão necessária, segundo ele, para favorecer as empresas petrolíferas e produtores de carvão dos EUA, e dessa forma garantir mais crescimento econômico e a criação de novos empregos. Depois de tomar posse, Trump anunciou que teria estudado o acordo antes de tomar uma decisão sobre o assunto.

O presidente norte-americano tem poderes suficientes para retirar os EUA do tratado. Isso porque o texto foi denominado "acordo" para permitir que Barack Obama pudesse utilizar seus poderes presidenciais para ratificá-lo sem pedir a permissão do Congresso, então controlado pelo Partido Republicano, hostil a qualquer redução das emissões de poluentes. Por esse motivo, a delegação dos EUA foi obrigada a negociar por muitas horas sobre essa complexa linguagem jurídica no dia da assinatura do documento.

VEJA PRINCIPAIS PONTOS DO ACORDO DO CLIMA

- Países devem trabalhar para que o aquecimento fique muito abaixo de 2°C, buscando limitá-lo a 1,5°C.
- Países ricos devem garantir financiamento de US\$ 100 bilhões por ano.
- Não há menção à porcentagem de corte de emissão de gases-estufa necessária.
- Texto não determina quando emissões precisam parar de subir.

A decisão de Trump pode ter sérias consequências para o cumprimento das obrigações previstas pelo tratado por parte de outros países e, mais em geral, sobre a condição climática do planeta, considerando que o aquecimento global é um fenômeno que já está ocorrendo e que todos os anos perdidos na luta contra esse fenômeno aumentam o risco de provocar efeitos irreversíveis sobre o clima.

Segundo levantamentos realizados por várias universidades e centros de pesquisa de diferentes países do mundo, a saída dos EUA do Acordo de Paris acrescentaria 3 bilhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂) emitido por ano na atmosfera, aumentando a temperatura da Terra entre 0,1° e 0,3° C até o final do século.

Notícia 3

Site: G1

Seção: Natureza

Título: Veja repercussão da saída dos EUA do Acordo de Paris

Ex-presidente Barack Obama e a prefeita de Paris comentaram a decisão.

Por G1 01/06/2017 16h59

O presidente americano Donald Trump anunciou nesta quinta-feira (1º) a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas, mas prometeu negociar um retorno ou um novo acordo climático em termos que considere mais justos para os americanos.

Em sequência, políticos e organizações comentaram a decisão. Leia:

Barack Obama, ex-presidente dos Estados Unidos, lamentou a retirada anunciada pelo seu sucessor. "Ainda que este governo tenha se unido a um pequeno grupo de países que ignoram o futuro, confio nos nossos estados, empresas e cidades que darão um passo à frente e farão ainda mais para liderar o caminho", disse.

Relações Exteriores, advertiram que decisão de Trump prejudicará o mundo inteiro.

Itamaraty e Ministério do Meio Ambiente do Brasil: "Preocupa-nos o impacto negativo de tal decisão no diálogo e cooperação multilaterais para o enfrentamento de desafios globais", disse a nota dos dois órgãos. O governo disse, ainda, que segue comprometido com o esforço global de combate à mudança do clima e com a implementação do Acordo de Paris. "O combate à mudança do clima é processo irreversível, inadiável e compatível com o crescimento econômico."

Theresa May, premiê britânica, expressou seu "desapontamento" com a decisão em um telefonema com Trump, segundo um comunicado de Downing Street. Na conversa, May disse que o Reino Unido "continua comprometido com o acordo de Paris", que é a estrutura certa "para proteger a prosperidade e a segurança de futuras gerações".

Hillary Clinton, ex-candidata presidencial nas eleições de 2016: "Um erro histórico. O mundo está se movendo progressivamente em uma mudança climática. A retirada de Paris deixa os trabalhadores e as famílias americanas para trás."

Bernie Sanders, senador e ex-candidato presidencial nas eleições de 2016: "Decisão de Trump de retirar os Estados Unidos do Acordo Climático de Paris é uma abdicação da liderança americana e uma desgraça internacional."

Paul Ryan, líder republicano na Câmara dos Representantes dos EUA: "Parabenizo o presidente Trump por cumprir seu compromisso com o povo americano e nos retirar deste acordo ruim. Esse acordo teria elevado o custo da energia e atingido com mais firmeza os cidadãos de médios e baixos investimentos."

Mitch McConnell, líder republicano no Senado: "Trump reiterou seu compromisso para proteger as famílias de classe média do país e os trabalhadores do setor de carvão de maiores preços da energia e do desemprego."

Andrew Cuomo, governador de Nova York: "Nova York está empenhada em cumprir os padrões estabelecidos no Acordo de Paris, independentemente das ações irresponsáveis de Washington."

Bill de Blasio, prefeito de Nova York: "O Acordo de Paris foi o maior passo progressivo para a mudança climática que nós tomamos em anos. É inconcebível para Trump abandonar isso."

Bill Peduto, prefeito de Pittsburgh: "Como prefeito de Pittsburgh, posso garantir que seguiremos as diretrizes do Acordo de Paris para nosso povo, nossa economia e futuro."

Al Gore, ex-vice-presidente dos Estados Unidos: "Retirar os Estados Unidos do Acordo de Paris é uma imprudente e indefensiva ação."

Greenpeace: "Ao se retirar do Acordo de Paris, Trump transforma EUA de líder do clima a um incessável matador do clima."

Leonardo DiCaprio, ator: "Hoje, nosso planeta sofreu. É mais importante do que nunca agir." #ParisAgreement

Jeffrey D. Sachs, diretor do Centro para Desenvolvimento Sustentável de Columbia: "América por último. Um momento miserável e histórico. Ouvir Trump é estar ouvindo um fluxo interminável de mentiras e besteiras."

Elon Musk, empreendedor da Tesla e SpaceX: "Mudanças climáticas são reais. Deixar o Acordo de Paris não é bom para a América ou para o mundo."

Scott Kelly, astronauta americano: "Saída do #ParisAgreement [Acordo de Paris] será devastadora para o nosso planeta. Paris e Pittsburgh compartilham o mesmo ambiente depois de tudo."

Notícia 4

Site: Veja online

Seção: Mundo

Título: EUA: Trump deixará o Acordo de Paris sobre o clima

Presidente americano disse que pretende negociar a reentrada no pacto, mas em termos diferentes, que sejam "justos" para os Estados Unidos

Por Da redação. 1 jun 2017, 21h05

O presidente americano Donald Trump anunciou, nesta quinta-feira, a saída dos Estados Unidos do Acordo do Clima de Paris. Em coletiva nos jardins da Casa Branca, o republicano disse que pretende iniciar negociações para reentrar no pacto, ou criar um acordo que seja mais "justo" para as pessoas e empresas americanos.

Durante a cúpula do G7, no sábado, o presidente americano já havia se recusado a endossar o acordo climático, armando que precisava de mais tempo para pensar. A decisão de Trump, que já chamou o aquecimento global de farsa, aprofunda as diferenças dos Estados Unidos com países aliados e põe em risco o cumprimento do acordo por outras potências.

Além dos Estados Unidos, apenas a Síria e Nicarágua não participam do Acordo do Clima de Paris, mas a saída americana do pacto pode fazer com que outros países altamente poluidores – como China e Rússia – revejam suas posições sobre a redução da emissão de gases.

O acordo, firmado em 2015 na capital francesa por quase 200 países, almeja limitar o aquecimento planetário e em grande parte se baseia no corte do dióxido de carbono e outras emissões resultantes da queima de combustíveis fósseis. Segundo o pacto, os Estados Unidos se comprometeriam a reduzir suas emissões em 26 a 28% dos níveis de 2005 até 2025.

Notícia 5

Site: Veja online

Seção: Mundo

Título: O que acontecerá após a saída dos EUA do Acordo de Paris?

No pior dos casos, a retirada do acordo desencorajará as nações em desenvolvimento a tomarem medidas adicionais para limitar suas emissões.

Por Julia Braun. 1 jun 2017, 19h00

O presidente Donald Trump anunciou nesta quinta-feira a retirada dos Estados Unidos do Acordo do Clima de Paris. A decisão promete gerar uma grande repercussão internacional e pode impactar diretamente as políticas de redução de emissão de gases de países em desenvolvimento.

O que é o Acordo de Paris?

O Acordo de Paris foi um tratado alcançado entre 195 países do mundo para reduzir gradualmente as emissões que causam a mudança climática. O objetivo é prevenir um aumento maior do que 2 graus célsius na temperatura média global, que poderia aumentar o nível dos oceanos, provocar grandes secas e causar tempestades perigosas.

O esquema foi negociado em 2015 durante a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) e passou a valer em novembro de 2016. A convenção e as discussões sobre o tema foram estimuladas pelo consenso geral da comunidade científica mundial de que o aumento das temperaturas globais nas últimas décadas foi causado por atividade humana.

Com o que os Estados Unidos haviam se comprometido?

O acordo exige que os países façam promessas voluntárias para reduzir as emissões nacionais e forneçam atualizações periódicas sobre seu progresso. O ex-presidente Barack Obama se comprometeu a reduzir entre 26% e 28% o nível das emissões americanas de 2005 até 2025. Essa meta não é fixa e o objetivo é aumentá-la ao longo dos anos.

O trato também demanda que os países desenvolvidos, cujas economias historicamente contribuíram para as emissões, ajudem a financiar a transição dos países em desenvolvimento para formas de energia mais limpas. O plano é arrecadar 100 bilhões de dólares por ano com doações públicas e privadas.

Obama transferiu 1 bilhão de dólares, de um total de 3 bilhões com os quais havia se comprometido, para o Fundo das Nações Unidas para o Clima antes de deixar o cargo.

O que Trump rejeita no acordo?

Trump não aceita a ideia de que as emissões estão causando mudanças climáticas significativas e acredita que os cientistas e especialistas estão difundindo teorias da conspiração. Em sua campanha eleitoral, armou várias vezes que a mudança climática foi inventada pela China. Mais tarde disse que as armações não passavam de uma piada, mas reiterou que não crê que os chineses irão cumprir sua parte no acordo ou estejam sequer tentando reduzir seu consumo de combustíveis fósseis.

O que acontecerá agora?

O acordo não vai acabar da noite para o dia. Tecnicamente, Trump não pode abandonar o tratado até 2019. No entanto, é possível que ele consiga acelerar o processo e suspender as regulamentações internas já aprovadas pelo Senado americano. Ainda assim, já existem rumores de que a China e a União Europeia estão dispostas a se comprometer publicamente com o tratado mesmo sem os Estados Unidos.

Muitos especialistas acreditam que mesmo fora do acordo, os americanos podem alcançar bons resultados em reduções de emissões e mudança de políticas climáticas. A economia americana já não é dependente de fontes de energia poluentes como o carbono e o carvão e está migrando cada vez mais para o gás natural e a energia renovável. As ações de Trump podem não ser suficientes para alterar essa tendência.

Contudo, defensores do acordo acreditam que a saída dos Estados Unidos prejudicará seu relacionamento com aliados próximos, que podem acabar cedendo eventualmente à influência econômica da China.

No pior dos casos, a retirada do acordo desencorajará as nações em desenvolvimento, que se espelham nos americanos, a tomarem medidas adicionais para limitar suas emissões. Além disso, o m da contribuição americana com o Fundo das Nações Unidas para o Clima pode prejudicar o orçamento geral do órgão e, conseqüentemente, os esforços que buscam impedir os perigosos aumentos de temperatura.

Notícia 6

Site: Veja online

Seção: Mundo

Título: “Saída do Acordo torna EUA um país isolado na questão climática”

Segundo Suzana Kahn, do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC), decisão americana pode levar à união de demais nações para combater emissões.

Por Rita Loiola. 1 jun 2017, 20h54

O anúncio feito pelo presidente americano Donald Trump sobre a saída dos Estados Unidos do Acordo do Clima de Paris, nesta quinta-feira, faz do país uma nação isolada em questões climáticas.

Segundo Suzana Kahn, do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC), decisão americana pode levar à união de demais nações para combater emissões. Segundo Suzana Kahn, presidente do comitê científico do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC), decisão pode levar as quase 200 nações que assinaram o Acordo a se unir e ganhar uma força considerável para combater as emissões de carbono. China e União Europeia poderão despontar como importantes lideranças políticas no tema.

“A repercussão do anúncio foi politicamente desastrosa. Comunicados feitos por diversas nações, incluindo a China, maior poluidora mundial e atual líder na busca por energia limpa, sinalizam que os países não irão abandonar o Acordo e devem continuar comprometidas com a redução das emissões até o m deste século. Os Estados Unidos são o segundo maior poluidor do globo — contudo, não é o único e, se todos os países estiverem unidos para combater os combustíveis fósseis, terão muita força e o impacto será considerável. A sensação que temos, após o anúncio, é que os americanos carão isolados. Resta saber qual o movimento

dos demais países nos próximos dias”, armou Suzana, que é professora do Instituto Alberto Luiz Coimbra de PósGraduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Impacto ambiental

O comprometimento das nações signatárias do Acordo de Paris é um esforço coletivo para limitar o aumento das temperaturas mundiais em menos de 2°C, idealmente, em 1,5°C, até o fim deste século. O desafio dos países, portanto, é balancear as emissões de carbono, principalmente as provenientes da queima de combustíveis fósseis que têm mais influência no clima, para não ultrapassar o limite. De acordo com a especialista, Estados Unidos e China, sendo os maiores poluidores mundiais, têm papel importante para o equilíbrio mundial das temperaturas.

“É um problema que os Estados Unidos não tenham interesse político em reduzir as emissões, o que pode atrasar ainda mais a redução das temperaturas e tornar ainda mais cara a adaptação a um mundo mais quente e com eventos extremos, como secas e enchentes”, arma Suzana.

Além das emissões, outro ponto previsto pelo Acordo de Paris é a criação de um fundo anual de 100 bilhões de dólares, financiado pelos países ricos, a partir de 2020, para manter o aquecimento global em níveis reduzidos. Esse fundo deve ajudar os países mais pobres que sofrem as consequências das mudanças climáticas e a saída de uma das nações mais ricas do planeta do fundo deve minar parte dos recursos.

“A curto prazo, teremos menos dinheiro para auxiliar os países mais vulneráveis, como pequenas ilhas e regiões muito pobres, que sofrem o impacto direto das mudanças climáticas. Esses países devem sofrer com a atual decisão americana”, arma a professora. Há impacto para o Brasil?

O Brasil não é uma das regiões que tem necessidade dos recursos do fundo, contudo, por termos uma ampla costa litorânea e grandes cidades de urbanização caótica, o país é bastante sensível a pequenas mudanças nas temperaturas. Se elas não forem contidas, o impacto para os brasileiros deve ser sentido nos próximos anos.

“Uma pequena elevação nos termômetros leva a enchentes, secas e alagamentos que são catastróficos para nossas cidades. A população deve sofrer danos ainda maiores nos próximos anos se as temperaturas não se equilibrarem. Além disso, grande parte de nossa economia é baseada em recursos agrícolas, um setor que é fortemente atingido pelas mudanças climáticas.

Sem uma redução de temperaturas podemos esperar secas intensas nas regiões Norte e Nordeste”, diz a especialista.

O Acordo do Clima de Paris

O acordo, firmado em 2015 na capital francesa por quase 200 países, pretende limitar o aquecimento global e em grande parte se baseia no corte do dióxido de carbono e outras emissões resultantes da queima de combustíveis fósseis. Segundo o pacto, os Estados Unidos se comprometeriam a reduzir suas emissões em 26% a 28% dos níveis de 2005 até 2025.

Notícia 7

Site: El País Brasil

Seção: Internacional

Título: Trump deve retirar EUA do acordo sobre mudanças climáticas

Ainda não confirmada pela Casa Branca, medida significa avanço do isolacionismo e triunfo dos radicais

Jan Martínez Ahrens. Washington - 31 MAI 2017

A balança está a ponto de se inclinar. O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, decidiu retirar o país do Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas, segundo vários veículos de comunicação norte-americanos. A medida, que não foi confirmada oficialmente pela Casa Branca, significaria muito mais do que a ruptura de um pacto e a dissolução do legado de Barack Obama: a saída consumaria o triunfo do isolacionismo e o avanço da ala mais radical da Casa Branca. Para o planeta, os Estados Unidos, o segundo maior emissor de gases de efeito estufa, deixariam de ser um aliado.

Trump afirmou pelo Twitter que tornaria pública sua decisão dentro dos “próximos dias”. Durante anos, ele se mostrou reticente em aceitar um acordo sobre mudanças climáticas. O presidente duvida que o problema tenha sido provocado pelo homem e considera que se trata de um pacto que vai contra os interesses norte-americanos. Se realmente optar por deixar o acordo, como informam Reuters, AP, CNN, The New York Times, BBC, FOX e Axios, o sinal que enviaria é inequívoco: os Estados Unidos só cumprirão com acordos que lhe convenham.

O impacto de uma eventual retirada levará meses ou anos para se estabelecer. Mas a curto prazo se dirige aos setores deprimidos que deram seu voto a Trump e que ficaram estacionados na era do carvão. Sua suposta melhora, o chamado “interesse nacional”, vem antes

de uma sociedade já altamente polarizada e à desilusão de um planeta que chegou a acreditar na Casa Branca. Aliás, ela acarreta até um revés para a grande indústria energética, que nos últimos anos fez enormes investimentos para obter fontes de energia mais limpas.

O Acordo de Paris é basicamente político. Não contém sanções nem medidas coercitivas. É uma expressão da vontade de quase 200 nações. Frente ao aumento das temperaturas, ao de gelo dos polos, ao aumento do nível do mar e aos fenômenos extremos, o pacto propõe conter o aquecimento global limitando as emissões de carbono. Foi firmado em 2015, mas os Estados Unidos aderiram em setembro de 2016. Foi com Obama e ofereceu reduzir as emissões entre 26% e 28% até 2025, em relação aos níveis de 2005. Com esse objetivo, o presidente anterior lançou uma prodigiosa bateria de medidas legais que Trump se apressou em bloquear. O republicano, que nunca se mostrou convencido de que as mudanças climáticas são obra humana, deu carta branca à indústria do carvão e a setores altamente contaminantes. Os cálculos apontam que essa decisão limita a queda de emissões a 14%.

A eventual ruptura do Acordo de Paris enviaria uma mensagem devastadora ao mundo. Os Estados Unidos abandonam seus parceiros mais firmes, os europeus, e deixam a China – o maior emissor mundial – no comando do pacto. Em um só golpe, sem mal decolar, uma iniciativa formidável e obtida após décadas de esforço perderia a economia mais potente do mundo. E a ciência veria como, diante de um dos desafios mais inquietantes da humanidade, seu principal instrumento de atuação se dilui por causa das atribulações isolacionistas de um empreiteiro de Nova York.

Notícia 8

Site: El País Brasil

Seção: Internacional

Título: Saída dos EUA do acordo climático é um golpe em um pacto que já era insuficiente.

Países precisariam de esforços mais agressivos para que meta de controle da temperatura fosse atingida.

Manuel Planelles. Madri - 3 JUN 2017 - 14:03 BRT

O Acordo de Paris, firmado em dezembro de 2015 e que começa a ser aplicado em 2020, não precisava de líderes desconfiados ou céticos agora. Na realidade, o oposto é que era necessário. O pacto tinha o grande mérito de ter envolvido todos os países, diferentemente do Protocolo de Kyoto, que, após a saída dos Estados Unidos, no início do século, só cobriu com

metas de redução pouco mais do que 10% das emissões mundiais de gases de efeito estufa. Mas os cortes de gás carbônico contemplados no novo Acordo de Paris não bastavam. Por isso, o tratado previa seu aumento progressivo. Donald Trump não só não está disposto a intensificar os compromissos: ele não quer sequer cumprir com o que foi estabelecido em 2015.

Os esforços apresentados voluntariamente por cada um dos quase 200 países signatários não eram suficientes para atingir o objetivo do Acordo de Paris: impedir que o aumento médio da temperatura do planeta supere um nível entre 1,5 e 2 graus no fim deste século, em relação aos níveis pré-industriais. A humanidade já consumiu metade dessa margem: em 2016, esse incremento já era de mais de 1 grau em relação ao fim do século XIX. E como se não bastassem os planos de redução de gases de efeito-estufa que cada país apresentou, o próprio acordo determina que esses esforços devem ser revisados para cima periodicamente.

Esse era o plano de voo. Mas, para ir aumentando esses cortes periodicamente, era necessário que os líderes mundiais se envolvessem. E, quando em novembro de 2016 Donald Trump ganhou as eleições, a inquietação se apoderou dos negociadores climáticos, que estavam reunidos na cúpula mundial do clima em Marrakech, no Marrocos, no momento em que se soube da vitória do republicano. Esses temores se confirmaram na quinta-feira: os Estados Unidos não só estão dispostos a aumentar seus esforços para reduzir emissões, como pretendem sair do Acordo de Paris.

Do ponto de vista político, o Acordo de Paris dissipa as dúvidas sobre a relação entre o aumento da temperatura e o incremento da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera. Até o início da era industrial, existia um equilíbrio nessa concentração de gases. Mas o avanço dos países desenvolvidos, fundamentalmente baseado na queima de combustíveis fósseis, acabou com a situação. Por isso, o tratado climático estabelece como fórmula para lutar contra o aquecimento global o corte das emissões de gases de efeito-estufa – principalmente o gás carbônico (CO₂) – através dos planos voluntários apresentados por cada país. Só a China, os Estados Unidos e a Europa são responsáveis por metade das emissões de todo o planeta.

No entanto, os planos de redução voluntária apresentados não são suficientes. Isso é reconhecido no próprio acordo – na chamada “decisão”. Para obter a meta de ficar “bem abaixo” dos 2 graus, a humanidade deveria emitir, em 2030, algo em torno de 40 gigatoneladas anuais de gases (ou 40 bilhões de toneladas). Mas a projeção dos esforços apresentados quando o pacto foi assinado, em 2015, apontava que em 2030 as emissões globais seriam de 55 gigatoneladas, 15 gigatoneladas a mais do que o necessário para estar no caminho certo.

No pacto foram incluídas cláusulas de revisão para cima dos planos nacionais de redução das emissões

Um relatório da ONU do fim de 2016 insistia nessa linha, ao recordar que é necessário um esforço adicional de 25%. E recordava que, com a aplicação dos compromissos atuais, no fim deste século o aumento da temperatura média poderá chegar até os 3,4 graus – muito acima dos 2 graus estabelecidos por cientistas como a barreira para que os efeitos do aquecimento global sejam administráveis.

Os Governos signatários do acordo estavam cientes do déficit quando firmaram o pacto, em dezembro de 2015, na capital francesa. Por esse motivo, no documento foram incluídas cláusulas de revisão (para cima) dos planos nacionais de redução de emissões. A maneira de apresentá-los e o resto da implementação do Acordo de Paris terão que ser estabelecidos de agora até 2020, quando as medidas começam a ser aplicadas.

Implementação do acordo

No início de maio, foi realizada em Bonn, na Alemanha, uma reunião preparatória para a próxima cúpula anual do clima, que será realizada ali em novembro. Essas reuniões, assim como as cúpulas anuais, servem para que se desenvolva e implemente o Acordo de Paris. O pacto já está em vigor, mas só começa a ser aplicado em 2020. Até então, os países signatários devem formular as letras miúdas do acordo e os instrumentos para que ele funcione. E também a maneira como cada Estado deve se comprometer com mais esforços.

A saída dos EUA ocorre nesse momento crítico de desenvolvimento do pacto. E não está claro como isso se dará. Se Trump opta por sair sem mais nem menos do Acordo de Paris, isso não seria consumado até um prazo de três anos, já que é assim que estipula o próprio tratado em suas diretrizes. E a Administração Trump continuará presente nas negociações do detalhamento do acordo. Se os Estados Unidos optarem por sair da convenção que é referência das mudanças climáticas, de 1992, sobre a qual se sustenta o pacto de Paris, o prazo se reduziria a um ano.

Se Trump optar por simplesmente sair do Acordo de Paris, isso só será consumado dentro dos próximos três anos

De qualquer modo, parece que o Governo dos EUA estará presente nas próximas negociações sobre a elaboração do Acordo de Paris. E alguns negociadores temem que mantenha uma atitude de bloqueio. Fontes presentes à reunião de Bonn realizada no início de

maio dizem que a delegação dos EUA adotou uma atitude “cautelosa e de baixo perfil” e que seus membros admitiram que seu Governo estava agora em pleno processo de revisão da política climática. Essa atitude contrasta com a mantida pelos EUA na cúpula de Paris de 2015, onde foram muito ativos para conseguir que o acordo fosse firmado.

Em seu discurso de quinta-feira, no qual anunciou a saída do país do Acordo de Paris, Trump argumentou que sua intenção é renegociar o pacto. A secretaria da convenção marco das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, que dirige as negociações sobre o clima, se mostrou disposta a sentar-se para conversar com os EUA. Mas lembrou que o acordo “não pode ser renegociado”, entre outras coisas porque foi assinado por 194 países e quase 150 já o ratificaram.

Firmar o Acordo de Paris custou anos e vários fracassos. Reabri-lo seria quase impensável. A esperança entre as nações que o continuam apoiando e entre os ativistas é que, quando Trump sair da Casa Branca, os EUA voltem a envolver-se na luta contra as mudanças climáticas.

Notícia 9

Site: El Pais Brasil

Seção: Internacional

Título: O que acontece com o Acordo de Paris após o abandono dos EUA.

Revisamos as consequências da decisão de Trump tanto para o país como para o resto do mundo.

Cristina F. Pereda. Washington - 1 JUN 2017 - 20:25 BRT

Donald Trump manteve sua promessa e anunciou na quinta-feira a saída dos EUA do Acordo de Paris sobre Mudança do Clima. Revisamos qual era o compromisso ratificado por seu antecessor, Barack Obama, em 2015 e as possíveis consequências tanto para o país quanto para o resto do mundo.

O que é o Acordo de Paris contra a Mudança Climática?

É o primeiro pacto internacional para reduzir a emissão de gases poluentes de efeito estufa na atmosfera. Foi ratificado em Paris no final de 2015, por quase 200 nações, entre as

quais os EUA e a China, os dois maiores poluidores do mundo. Apenas Síria e Nicarágua estão fora do acordo, aos quais agora se junta os EUA.

Como funciona?

Os especialistas afirmam que o sucesso do acordo é que não impõe uma legislação a cada um dos países que depois deveria ser ratificada pelos parlamentos nacionais. As nações participantes no pacto devem simplesmente anunciar qual porcentagem de emissões se comprometem a reduzir e em que prazo, e também participam nas negociações posteriores – a próxima será realizada em 2018 e, posteriormente, a cada cinco anos.

Quais os compromissos assumidos pelo Governo dos EUA?

Como país membro do Acordo de Paris, os EUA pretendiam conseguir uma redução das emissões de poluentes entre 26% e 28% até 2025 em comparação com os níveis de 2005. Os especialistas dizem que ao cancelar as políticas energéticas de Obama, os EUA só vão reduzir 14%, de acordo com estimativas da consultora Rhodium Group.

Como os Estados Unidos podem abandonar o Acordo?

Trump já adiantava desde que era candidato à Casa Branca que se ganhasse a eleição presidencial, retiraria os EUA do Acordo. O processo, no entanto, não é nem rápido nem automático. O pacto de Paris estabeleceu que os países não podem abandoná-lo durante os primeiros três anos e, se isso fosse decidido, só seria efetivo um ano depois. Isto é, em teoria, os EUA continuarão a fazer parte do acordo climático até 2020.

Na prática, porém, a situação é diferente. Trump aprovou uma série de normas que já desmantelaram a política de Obama na luta contra a mudança climática e isso vai impedir a redução das emissões. Na ausência destas proteções, os EUA não iriam conseguir cumprir seu compromisso com Paris. O presidente republicano eliminou planos energéticos que proibiam novas explorações de energias fósseis e permitiu a extração em áreas costeiras dos EUA que Obama havia protegido.

Quais são as consequências para os EUA?

Os Estados Unidos continuarão sendo um dos maiores poluidores – o segundo atrás apenas da China – e não atingirá seus objetivos na redução de emissões. No terreno diplomático, Washington não poderia mais participar de nenhuma reunião posterior do Grupo de Paris nem usar sua liderança na luta contra o aquecimento global como base para negociar com seus sócios. O último exemplo aconteceu na semana passada na reunião do G-7.

E para o aquecimento global?

A Terra irá sofrer maiores níveis de aquecimento, as temperaturas médias subirão, vai acelerar o derretimento nos polos e crescerá o nível do mar. Estas são as previsões dos cientistas que alertam para as consequências de não reduzir as emissões tóxicas. Se os EUA cortarem menos do que o prometido, como o segundo maior poluidor, o impacto pode ser ainda maior.

Uma estimativa de vários especialistas consultados pela Associated Press sugere que a cada ano podemos ter até 3 bilhões de toneladas de dióxido de carbono a mais na atmosfera. Mesmo se todos os países do Acordo de Paris cumprirem seu compromisso, exceto os EUA, a Terra poderia aquecer 0,3 graus centígrados até o final do século – o objetivo é que não alcance os 2 graus até lá e já superamos mais de 1,1 grau centígrado.